

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

FERNANDA ESCOBAR FERNANDES BARBOSA

**O TRABALHO DA(O) ASSISTENTE SOCIAL NO ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE A PARTIR
DAS DIMENSÕES DA COMPETÊNCIA PROFISSIONAL**

PORTO ALEGRE

2020

FERNANDA ESCOBAR FERNANDES BARBOSA

**O TRABALHO DA(O) ASSISTENTE SOCIAL NO ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE A PARTIR
DAS DIMENSÕES DA COMPETÊNCIA PROFISSIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Dolores Sanches Wunsch

PORTO ALEGRE

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Barbosa, Fernanda Escobar Fernandes
O TRABALHO DA(O) ASSISTENTE SOCIAL NO ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE
A PARTIR DAS DIMENSÕES DA COMPETÊNCIA PROFISSIONAL /
Fernanda Escobar Fernandes Barbosa. -- 2020.
61 f.
Orientadora: Dolores Sanches Wünsch.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Psicologia, Curso de Serviço Social, Porto Alegre,
BR-RS, 2020.

1. acolhimento institucional de crianças e
adolescentes. 2. trabalho da/o assistente social. 3.
dimensões da competência profissional. I. Sanches
Wünsch, Dolores, orient. II. Título.

FERNANDA ESCOBAR FERNANDES BARBOSA

**O TRABALHO DA(O) ASSISTENTE SOCIAL NO ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE A PARTIR
DAS DIMENSÕES DA COMPETÊNCIA PROFISSIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Aprovado em ____ de _____ de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Dolores Sanches Wunsch – UFRGS
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Thaisa Teixeira Closs – UFRGS
Examinadora

Prof.^a Dr.^a Tatiana Reidel – UFRGS
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai Fernando, por todo o suporte, pelo incentivo, por jamais medir esforços para realizar os meus sonhos. Essa conquista também é tua, pai.

À minha mãe Nádia, de quem eu herdei a força, a vontade de transformar o mundo e a determinação. Foram incontáveis os momentos em que eu precisei de um colo de mãe, e ela sempre esteve lá.

Ao meu avô Carlos Roberto, que é a pessoa mais inspiradora que eu já conheci. Meu exemplo de sabedoria e humildade.

À minha irmã Franciane e meus sobrinhos Bento e Davi, que em todos esses 4 anos de graduação simbolizaram os meus momentos de alívio, pois todos nós precisamos recarregar as energias para seguir em frente. O amor e o carinho de vocês foi indispensável para que eu pudesse chegar aqui.

Ao meu companheiro de vida, Vítor, que segurou a minha mão em todos os momentos que pareciam difíceis, que sempre esteve presente. Meu maior incentivador, aquele que nunca deixou que eu duvidasse de mim mesma, e que vibrou com todas as pequenas conquistas.

À professora Dolores, que me instigou a buscar mais, que me orientou e me deu todo o suporte necessário, me inspirando a escrever este trabalho de uma forma leve, mas com muito comprometimento e seriedade.

À assistente social supervisora de campo, Suzana Richter, que foi fundamental em meu processo de formação e sempre esteve disposta para tirar dúvidas, que fez parte do meu dia a dia por um ano e meio e que hoje continua sendo uma amiga para a vida toda.

Às minhas colegas e amigas Nathiele, Lidiana, Brenda, Rochele, Cristina, Bibiana e Paula, que compartilharam esse momento comigo e que fizeram a rotina de aulas e estudos ser mais descontraída, a partir de trocas, desabafos e muitas risadas.

A todo o corpo docente do curso de Serviço Social da UFRGS, em especial às professoras Solange e Thaísa, que me acompanharam como supervisoras acadêmicas no período de estágio obrigatório. À professora Jussara, que me permitiu como bolsista de iniciação científica o primeiro contato com a pesquisa em Serviço Social, logo no primeiro ano de graduação. Também à professora Solange, que foi a segunda professora a me dar a oportunidade de participar de uma pesquisa como bolsista de iniciação científica.

A todos os professores e bolsistas do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Trabalho e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Terra, Trabalho e Política Social, onde fui

bolsista de iniciação científica, aprofundei conhecimentos e encontrei na pesquisa um grande potencial transformador. Todos vocês foram muito importantes para meu processo de amadurecimento dentro do curso de Serviço Social. Cada reunião, discussão, apresentação de trabalhos, foi muito especial para mim.

Ao Instituto Politécnico de Castelo Branco, que me recebeu como estudante de intercâmbio por um semestre. À minha grande amiga portuguesa Patrícia, que me acolheu de braços abertos em Portugal e que fez o meu período de mobilidade acadêmica ser muito mais fácil. Patrícia me fez sentir em casa mesmo estando do outro lado do mundo, e me ajudou a compreender as particularidades do Serviço Social em Portugal.

À toda a minha rede familiar e de amigas(os), eu jamais estaria aqui sem todo o apoio de vocês. Obrigada por tudo, sempre!

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo identificar como se materializa o trabalho da/o assistente social no acolhimento institucional de crianças e adolescentes a partir das dimensões da competência profissional com vistas a evidenciar os principais desafios do Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional. Discorre sobre as dimensões da competência profissional – teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política – e a sua materialização no cotidiano de trabalho. Parte-se do referencial materialista-dialético para atingir os objetivos propostos. Para isso, inicia-se a discussão a partir de uma análise geral da história do acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil. A experiência de estágio curricular obrigatório em uma instituição de acolhimento de crianças e adolescentes em Porto Alegre/RS subsidiou a construção deste trabalho, e está relatada ao longo dos capítulos. A atual conjuntura do acolhimento institucional de crianças e adolescentes na cidade de Porto Alegre/RS também está descrita neste trabalho. A categoria trabalho e os fundamentos do trabalho profissional também foram discutidos, a fim de embasar a discussão acerca do trabalho com acolhimento institucional. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, com os descritores “acolhimento institucional” e “criança e adolescente”, com recorte de tempo nos últimos 5 anos, bem como uma análise documental dos documentos legais da profissão e que orientam o trabalho com acolhimento institucional de crianças e adolescentes, o que permitiu observar que existem poucas publicações na área do Serviço Social que discutem sobre a temática. Os resultados da pesquisa apontam que o trabalho com acolhimento institucional de crianças e adolescentes muitas vezes é precarizado, como reflexo da atual conjuntura de desmonte de direitos e cortes de gastos nas políticas sociais, em especial na política de assistência social. Além disso, ainda é necessária a articulação entre as três dimensões da competência profissional, pois o trabalho da(o) assistente social é comumente reduzido à “prática”, o que invisibiliza as dimensões teórico-metodológica e ético-política.

Palavras-chave: Acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Trabalho da/o assistente social. Dimensões da competência profissional.

ABSTRACT

This Course Conclusion Paper aims to identify how the work of the social worker materializes in the institutional reception of children and teenagers from the dimensions of professional competence, in order to highlight the main challenges of Social Work, in this socio-occupational space. It discusses the dimensions of professional competence - theoretical-methodological, technical-operative and ethical-political - and its materialization in daily work. It starts with the materialist-dialectic framework to achieve the proposed objectives. To this end, the discussion begins with a general analysis of the history of institutional care for children and teenagers in Brazil. The experience of mandatory curricular internship at a childcare institution in Porto Alegre/RS supported the construction of this work, and is reported throughout the chapters. The current situation of institutional care for children and adolescents in the city of Porto Alegre/RS is also described in this work. The work category and the fundamentals of professional work were also discussed, to support the discussion about work with institutional acceptance. A bibliographic research was carried out in the CAPES' Catalog of Theses and Dissertations, with the descriptors "institutional reception" and "child and adolescent", and time cut being the last 5 years, as well as a documentary analysis of the profession's legal documents that guide the work with institutional care for children and adolescents, which allowed the observation that there are few publications in the area of Social Work that discuss the theme. The research results show that work with institutional care for children and adolescents is often precarious, reflecting the current situation of dismantling rights and cutting spending on social policies, especially on social assistance policy. In addition, it is still necessary to articulate the three dimensions of professional competence, since the work of the social worker is commonly reduced to "practice", which makes the theoretical-methodological and ethical-political dimensions invisible.

Keywords: Institutional care for children and teenagers. Work of the social worker. Dimensions of professional competence.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Instrumentos de trabalho da(o) assistente social no acolhimento institucional.....	31
Quadro 2 – Principais documentos para o trabalho com acolhimento institucional de crianças e adolescentes.....	42
Quadro 3 – Classificação dos artigos encontrados por revista, autor e ano.....	43
Quadro 4 – Dissertações e tese classificadas por autor e ano.....	46

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AR	Abrigo Residencial
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
FPERGS	Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul
NAR	Núcleo de Abrigos Residenciais
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
PIA	Plano Individual de Atendimento
SAM	Serviço de Atendimento ao Menor
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO	13
2.1	O CONTEXTO ATUAL DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM PORTO ALEGRE	22
3	A CATEGORIA TRABALHO E OS FUNDAMENTOS DO TRABALHO PROFISSIONAL	27
3.1	TRABALHO DA(O) ASSISTENTE SOCIAL COM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO	31
3.2	AS DIMENSÕES DA COMPETÊNCIA PROFISSIONAL NO TRABALHO COM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	40
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda o trabalho da(o) assistente social no acolhimento institucional de crianças e adolescentes e a sua relação com as dimensões da competência profissional. Essas dimensões são: teórico metodológica, ético-política e técnico-operativa, que fundamentam o Serviço Social e se relacionam diretamente com o Projeto Ético-Político da profissão.

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes, serviço da política de assistência social tipificado na alta complexidade, é um espaço permeado por contradições, desafios e possibilidades. A(o) assistente social insere-se neste espaço compondo uma equipe multidisciplinar. Historicamente este profissional é requisitado para atuar em serviços de acolhimento de crianças e adolescentes, contribuindo na construção destes serviços e das políticas públicas voltadas para o público infanto-juvenil. Dessa forma, analisar o trabalho nesse campo de atuação profissional considerando as dimensões da competência profissional do Serviço Social se faz cada vez mais necessário, ao considerar a atual conjuntura de desmonte de direitos e de precarização dos serviços públicos.

Apesar do longo histórico da inserção de assistentes sociais nas instituições de acolhimento de crianças e adolescentes, a temática ainda é pouco investigada pela categoria profissional. Os estudos que tratam sobre o trabalho da(o) assistente social com acolhimento institucional são escassos. Alguns estudos consideram o trabalho como “prática”, “atuação”, “fazer profissional”. Também há a dificuldade de encontrar produções que articulem a temática do trabalho da(o) assistente social com a temática do acolhimento institucional, pois os estudos tratam majoritariamente sobre os direitos das crianças e adolescentes, a convivência familiar e comunitária, as legislações que regem o acolhimento, a história do acolhimento no Brasil, entre outras temáticas, mas não, especificamente, do trabalho da(o) assistente social em si, dentro dessas instituições. Isso indica a necessidade de maiores aproximações e aprofundamentos, pois a temática é extremamente importante e se configura como um solo fértil para a pesquisa em Serviço Social.

A partir da compreensão da prática profissional da(o) assistente social como trabalho, e o exercício profissional inserido em diferentes processos de trabalho (IAMAMOTO, 1998), tem-se os subsídios para discutir as dimensões da competência profissional no espaço sócio-ocupacional de acolhimento institucional de crianças e adolescentes. As dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa são interdependentes e igualmente

importantes. É a partir da dimensão técnico-operativa que as outras duas dimensões se expressam no cotidiano de trabalho, e ao mesmo tempo, a dimensão técnico-operativa fica esvaziada de sentido se não houver a dimensão ético-política e teórico-metodológica articuladas.

O tema do acolhimento institucional de crianças e adolescentes é um assunto que não se esgota em um Trabalho de Conclusão pela sua riqueza e relevância, principalmente por vivermos, atualmente, um momento que implica resistir aos cortes e desmontes em todas as políticas sociais, especialmente na seguridade social, o que se configura como um limite e até mesmo uma dificuldade na elaboração deste trabalho. Para além disso, também é uma forma de contribuir para o debate dentro da categoria profissional, considerando a escassa produção teórica sobre a temática pelo Serviço Social.

Este trabalho parte da perspectiva que as e os assistentes sociais historicamente estiveram na luta pelos direitos das crianças e adolescentes, e que no cotidiano de trabalho contribuem com a garantia desses direitos. Compreender como se materializa o trabalho neste espaço, como as dimensões da competência profissional estão presentes neste trabalho, é fundamental para a própria identidade profissional e para a formação em Serviço Social.

As aproximações com a temática se deram a partir da realização de Estágio Curricular Obrigatório I, II e III do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no Núcleo de Abrigos Residenciais Menino Deus, pertencente à Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPERGS), em Porto Alegre. O estágio I e II foi realizado de março à dezembro de 2018, e o estágio III foi realizado de setembro à dezembro de 2019.

A partir disto, o objetivo geral deste trabalho é identificar como se materializa o trabalho da/o assistente social no acolhimento institucional de crianças e adolescentes a partir das dimensões da competência profissional com vistas a evidenciar os principais desafios do Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional. Assim, foram elaborados os objetivos específicos, que são: identificar quais são os principais instrumentos legais e profissionais utilizados pela/o assistente social nos processos de trabalho no acolhimento institucional; estudar quais são os principais referenciais teórico-metodológicos que orientam o trabalho da/o assistente social no trabalho com acolhimento institucional de crianças e adolescentes; evidenciar quais são os aspectos ético-políticos que orientam o trabalho da/o assistente social no trabalho com acolhimento institucional de crianças e adolescentes; e contribuir para o debate sobre o trabalho do assistente social no acolhimento institucional e seu papel para garantia de direitos das crianças e adolescentes.

Para atingir os objetivos propostos o trabalho orienta-se pelo método materialista-histórico-dialético, com vistas a buscar a essência dos fenômenos, desvendando as expressões da questão social¹ que permeiam a temática. Assim, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com acesso a publicações no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES com recorte de tempo nos últimos 5 anos, e uma análise documental a partir dos principais documentos que orientam o trabalho da/o assistente social neste espaço sócio-ocupacional. Além disso, os documentos elaborados em estágio como os diários de campo e relatórios também se configuram como fontes acessadas para a elaboração do presente trabalho. Portanto, o estudo com base nos materiais acima descritos tem seu detalhamento e resultados apresentados no decorrer deste Trabalho de Conclusão.

Assim, no primeiro capítulo, realiza-se a discussão da história do acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil, e o cenário atual do acolhimento em Porto Alegre no subitem “2.1. O contexto atual do acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Porto Alegre”. No segundo capítulo, a temática central é a categoria trabalho e os fundamentos do trabalho profissional da(o) assistente social. Este capítulo é subdividido nos itens “3.1. Trabalho da(o) assistente social com acolhimento institucional de crianças e adolescentes: relatos de experiência de estágio” e “3.2. As dimensões da competência profissional no trabalho com acolhimento institucional de crianças e adolescentes”. Por fim, estão as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas.

¹ Questão social aqui é entendida conforme Iamamoto (2001, p. 17): “A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (...) expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais (...) Esse processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais.”

2 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO

O acolhimento institucional é uma medida de proteção de crianças e adolescentes que estejam sofrendo situações que se configuram diante da legislação como de abandono, negligência, violência, entre outras, agravos estes que ocultam diferentes realidades e expressões da questão social. É uma medida excepcional de última instância, e deve ocorrer “apenas quando esgotados todos os recursos para sua manutenção na família de origem, extensa ou comunidade” (BRASIL, 2009, p. 15), que não deve ultrapassar o período de um ano e meio, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Esta medida encontra-se na tipificação de alta complexidade da política de Assistência Social, e é um espaço sócio-ocupacional que emprega muitos assistentes sociais na atualidade. Entretanto, nem sempre as crianças e adolescentes tiveram seus direitos garantidos em legislação e tampouco eram consideradas sujeitos portadores de direitos.

A história da infância e adolescência no Brasil passou por diversos momentos, desde a consideração de que essa população era um objeto de controle do Estado, até o entendimento que se tem hoje: pessoas em desenvolvimento, que têm direitos e devem ser respeitadas enquanto cidadãos. Assim, à medida em que a concepção de infância e adolescência foi se modificando ao longo das décadas, também foi se modificando a forma de acolher essas crianças e adolescentes que estavam sofrendo algum tipo de violência, abandono, entre outras expressões da questão social, ou que tinham cometido algum tipo de ato infracional. Antes do surgimento do modelo de acolhimento institucional que se tem hoje, baseado na Constituição Federal (1988) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que entendem as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, existiam outras formas de institucionalizar crianças e adolescentes no Brasil.

Inicialmente, a questão das crianças e dos adolescentes não recebia nenhuma atenção para além da caridade, das ações por parte das igrejas e da iniciativa privada. (PEREZ; PASSONE, 2010). Antes de ser objeto de controle do Estado, a infância costumava receber atendimento por instituições religiosas, principalmente da Igreja Católica. Além disso, a caridade e a filantropia também tinham papel fundamental na causa das crianças e adolescentes. “Ao longo dos séculos XVIII e XIX, observa-se na literatura o deslocamento de poder e domínio da Igreja articulado com setores privados e públicos, para o domínio do Estado, que passaria a regulamentar e subsidiar ações da “causa da infância”. (PEREZ;

PASSONE, 2010, p. 653). Dessa forma, crianças e adolescentes que estivessem em alguma situação de vulnerabilidade não tinham direitos garantidos por nenhuma legislação, e o Estado também não assumia nenhuma responsabilidade no cuidado deste público. Assim, cabia ao trabalho voluntário das Igrejas e também da caridade dos que viviam em classes sociais mais privilegiadas que essas crianças e adolescentes em situação de pobreza, violência, abandono, entre outros, tivessem acesso ao atendimento de suas necessidades mais básicas.

A crítica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro sobre a Roda dos Expostos, em meados do século XIX, levantou os primeiros questionamentos acerca da situação das crianças e adolescentes no Brasil. A prática da Roda dos Expostos era realizada pelas Santas Casas de Misericórdia, começando a partir do século XVII no período colonial sendo extinta apenas na década de 1950. Consistia em uma roda onde recém-nascidos eram deixados do lado de fora, e no momento em que era girada, entrava para o pátio da instituição de caridade. A passagem do império para a república bem como a passagem de uma sociedade escravocrata para uma sociedade de trabalhadores “livres” também contribuiu para a mudança de entendimento da infância, dando início ao sistema de proteção social no Brasil. Para além disso, estas mudanças societárias impactaram na industrialização do país e no avanço do nacionalismo. Foram incorporadas ideias iluministas e humanistas provenientes de pensadores europeus, o que colaborou para que se construísse uma nova forma de pensar a infância no mundo. (PEREZ; PASSONE, 2010). Quanto às transformações na legislação que tratavam dos direitos das crianças e adolescentes, Perez e Passone (2010, p. 654) relatam:

A legislação no período imperial gravitou em torno do recolhimento de crianças órfãs e abandonadas por meio de medidas assistenciais privadas e de cunho religioso e, no início da república, estabeleceram-se, gradativamente, as bases para a organização da assistência à infância. Surge, então, o primeiro Código Penal da República, em 1890, marcando o início de um debate entre os defensores da educação em detrimento do predomínio da punição.

Assim, a infância neste período era vista como objeto de controle do Estado e como um “problema” a ser resolvido. As famílias continuaram a ser culpabilizadas e responsabilizadas pela situação das crianças e adolescentes em vulnerabilidade, e ainda não existiam serviços que efetivamente garantissem os direitos dessa população. Em 1927 foi publicado o primeiro Código de Menores, sendo a primeira legislação voltada totalmente para as crianças e adolescentes. O caráter punitivo dessa legislação corroborava com a internação daqueles que estavam sob situação de abandono ou punindo aqueles que tinham cometido ato infracional. (PEREZ; PASSONE, 2010). Este código incorporou a visão higienista e também

a visão repressiva e moralista perante as crianças e adolescentes. Possuía caráter contraditório, uma vez que previa acompanhamentos como o de saúde, mas também “intervenha no abandono físico e moral das crianças, retirando o pátrio poder dos pais; internando os abandonados socialmente e repreendendo e instituindo a liberdade vigiada aos jovens autores de infração penal”. (PEREZ; PASSONE, 2010, p. 655). Este Código regulamentou o trabalho infanto-juvenil, a partir da proibição do trabalho infantil de crianças com menos de 12 anos. Para aqueles que tivessem menos de 18 anos, o trabalho deveria ter uma jornada de no máximo 6 horas por dia. (PEREZ; PASSONE, 2010).

Em 1941, durante o Estado Novo - governo de Getúlio Vargas -, cria-se o Serviço de Atendimento ao Menor (SAM), com o objetivo de atender as crianças e adolescentes que estivessem em situação de abandono, vulnerabilidade, pauperização, entre outros. Essas crianças e adolescentes, tratadas como “menores”, também eram chamadas de “delinquentes” e “desvalidos”. (PEREZ; PASSONE, 2010). O SAM, apesar de ser o primeiro serviço dedicado ao atendimento de crianças e adolescentes no Brasil, possuía a lógica de afastar as crianças e adolescentes do convívio familiar. Este serviço era vinculado ao Ministério da Justiça, com o objetivo de incidir, entre outras coisas, na questão da criminalidade, atuando como uma “penitenciária” para os menores de 18 anos. O SAM, dessa forma, partia de uma concepção corretiva e punitiva.

O SAM (Serviço de Assistência ao Menor) tinha como missão amparar, socialmente, os menores carentes, abandonados e infratores, centralizando a execução de uma política de atendimento, de caráter corretivo-repressivo assistencial em todo o território nacional. Na verdade, o SAM foi criado, para cumprir as medidas aplicadas aos infratores pelo Juiz, tornando-se mais uma administradora de instituições do que, de fato, uma política de atendimento ao infrator. (GANDINI JÚNIOR, 2007, p. 2).

Apesar da missão do SAM explanada no trecho acima, o serviço passou a receber diversas críticas, pois o seu objetivo de prestar assistência àqueles em situação de vulnerabilidade não estava sendo alcançado, “sendo o órgão tomado pelas relações clientelistas, pelo uso privativo de uma instituição pública. ““Falsos desvalidos”, cujas famílias tinham recursos, eram internados nos melhores educandários mantidos pelo Serviço, através de pistolão e até corrupção.” (RIZZINI, 2004, p. 34).

Em 1942 foi criada a Legião Brasileira de Assistência² (LBA), que simbolizou um marco para a assistência social no país, - em que pese seu caráter assistencialista e

² A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi um órgão criado em 1942, no governo de Getúlio Vargas, pela primeira dama Darcy Vargas com o intuito de prestar suporte para as famílias daqueles que haviam sido

contraditório - teve papel também para a assistência às crianças e adolescentes. A partir das duras críticas que o SAM estava enfrentando, existia o objetivo de que se criasse um novo serviço de atendimento às crianças e adolescentes. Assim, foi criada a Fundação de Bem Estar do Menor (FUNABEM) em 1964 com a ideia de ser uma instituição completamente diferente do antigo Serviço de Atendimento ao Menor, inclusive com a propaganda de ser “Anti-SAM”. A FUNABEM possuía caráter extremamente autoritário e punitivo, e também tinha características de uma instituição total³. Comumente as crianças e adolescentes perdiam vínculos com seus familiares. Não havia esforços para inclusão social das crianças, adolescentes e famílias, tampouco projetos socioeducativos, visando a garantia de direitos dessas pessoas. Esta instituição possuía como um de seus pilares a segurança nacional, que também simbolizava o combate ao “fantasma” do comunismo, já que o capitalismo avançava e se consolidava no Brasil neste período, ao mesmo tempo em que as expressões da questão social se mostravam cada vez mais agudas.

O surgimento da FUNABEM, apesar de vir com o discurso “anti-SAM”, não mudou sua forma repressiva e violenta no trato das crianças e adolescentes. Esta instituição passou a ser um local conhecido pela repressão, violência e até mesmo maus tratos. As práticas preconceituosas, violentas e desrespeitosas continuaram acontecendo, sem alterar de verdade a forma de tratar as crianças e adolescentes que as instituições passadas utilizavam. Dessa forma, as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs) ficaram conhecidas como “depósito” de crianças e adolescentes que eram “desvalidos” e “delinquentes, como ressalta Souza (2016, p. 62):

A questão se agrava quando levamos em consideração as particularidades da execução dessa política com sua descentralização nos anos 1970: em nível nacional, a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM); e em nível estadual a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM). Embora se propusessem a dar assistência à infância e a adolescência, abandonados e infratores, o caráter de privação de liberdade atribuído às fundações evidenciou uma série de violações e punições, apresentada na falta de condição salubre de vida, na inexistência de convivência familiar e comunitária, na violência institucionalizada pelo Estado, através da polícia e de outros funcionários, dentre outras.

enviados para a Segunda Guerra Mundial. “As ações da LBA foram marcadas pelo paternalismo na prestação de auxílios emergenciais e paliativos à miséria. *Mãe da sociedade, da pobreza, lar dos carentes, socorro dos aflitos*. Essas eram representações que se pretendia fixar – por meio de discursos em propagandas diversas – para a LBA. A trajetória da instituição indica que a maior preocupação esteve voltada à preservação da saúde da criança, o que indicava intervenções na família.” (TUMELERO; SILVA, 2013, p. 342).

³ Instituição total: "Um local de residência ou trabalho onde um grande número de indivíduos, com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada." (GOFFMAN, 1990, p. 11).

As famílias das crianças e adolescentes sempre foram culpabilizadas pela situação em que seus filhos se encontravam. A história da infância no Brasil é a história, também, da criminalização da pobreza, da responsabilização de famílias pobres e marginalizadas que sequer tinham acesso aos serviços mais básicos para seu sustento e sua reprodução. Durante a vigência da FUNABEM não foi diferente. Essas famílias eram vistas, inclusive, como o inimigo do qual a criança deveria ser protegida para que não fosse “desvirtuada”. Assim, era comum se deparar com propagandas com incentivos para que essas crianças e adolescentes fossem levadas para as FEBEMs.

A centralidade da família nas políticas sociais, ainda hoje, impacta nas famílias de crianças e adolescentes que estão sob medida de acolhimento institucional. Essas famílias são estigmatizadas, responsabilizadas por não ter acesso aos meios mais básicos de subsistência. O debate a respeito do “familismo⁴” é fundamental para compreender, neste sentido, que o Estado deve ser responsabilizado por não prover serviços básicos e de qualidade para que as crianças e adolescentes não precisassem estar sendo acolhidos, o que acontece muitas vezes como primeira medida, quando na verdade deveria ser a última. Para além disso, as crianças e adolescentes não deveriam ser acolhidos por falta de recursos financeiros e materiais, como está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Na realidade, o que acontece é que os filhos das famílias pobres são alvos do acolhimento institucional, e temos um Estado que não oferece recursos e condições para que essas famílias consigam ter o básico para sobreviver. O desmonte das políticas sociais, em especial da seguridade social, faz com que essas famílias tenham menos acesso aos seus direitos. O próprio acolhimento institucional sofre os impactos da precarização das políticas sociais, já que é um serviço oferecido pela política de assistência social.

Retomando a questão histórica, destaca-se que a FUNABEM funcionou de 1964 até 1990, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esta instituição se baseava na Política Nacional do Bem-Estar do Menor, utilizando do controle e disciplina para atender os adolescentes e crianças que estavam sob seus cuidados. Não havia perspectivas de proteção e garantia de direitos, estes adolescentes e crianças eram vítimas de estigmas e preconceitos, além de violências de diversas formas.

Em 1979 foi publicado o segundo Código de Menores, no período da ditadura. Esta legislação se alinhava ao antigo código de 1927. Foi um código bastante repressivo, e era

⁴ Familismo é a discussão da centralidade das famílias nas políticas sociais. A família, nesse sentido, se constitui como um agente de proteção social em um cenário onde o Estado não se responsabiliza totalmente por prover as necessidades mais básicas da classe trabalhadora. Para aprofundamento, ver Miotto, Campos e Carloto (2015).

baseado na “doutrina do menor em situação irregular”. Foi um instrumento de controle, com caráter punitivista e culpabilizador da pobreza, que acabava por ferir os direitos das crianças e dos adolescentes. As desigualdades presentes na sociedade não eram consideradas, dessa forma tratando as crianças e jovens pobres como “delinquentes”, de forma discriminatória. No artigo 2º do Código de Menores de 1979, estão elencadas as situações em que a criança e adolescente poderia se enquadrar como “situação irregular”. Era considerado em situação irregular o “menor”:

- privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:
 - a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
 - b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;
- II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;
- III - em perigo moral, devido a: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;
- IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;
- V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; VI - autor de infração penal. (BRASIL, 1979, n.p.)

Rizzini (2007) ressalta o caráter caritativo e assistencialista que historicamente as instituições de acolhimento de crianças e adolescentes possuíam. Essas instituições eram chamadas de “abrigo”, “orfanatos”, “educandários”, entre outros. "Nestes processos, as demandas do exercício profissional do assistente social, vinculam-se à necessidade histórica de imprimir às referidas práticas um "cunho educativo", "ressocializador". (SOUZA, 2016, p. 58). Ainda segundo Souza (2016), o acolhimento institucional como medida de proteção aparece, pela primeira vez, na Constituição Federal de 1937.

Este caráter assistencialista, caritativo ou punitivo ainda hoje está presente dentro dessas instituições, mesmo com a mudança da legislação. É comum encontrar nos espaços de acolhimento institucional práticas menoristas, que culpabilizam os sujeitos e suas famílias, como herança das antigas instituições. Neste sentido, o trabalho da(o) assistente social nestes espaços pode contribuir com a lógica menorista e culpabilizadora ou pode seguir uma lógica emancipatória e que garanta os direitos deste público.

A partir da década de 1980 a organização da sociedade contra a ditadura culminou na redemocratização do país. Dessa forma, alguns direitos foram gradualmente sendo conquistados novamente, como o de liberdade de expressão, de greve, de voto, entre outros. A Constituição Federal de 1988 representou um marco na conquista de direitos, inclusive os direitos das crianças e dos adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) foi

elaborado a partir do que previa a Constituição, rompendo paradigmas e considerando as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos que necessitam da proteção do Estado e da sociedade.

Com o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, pautado nos ideais da Constituição Federal (1988), surgiu uma nova perspectiva para estes serviços e uma nova forma de compreender as crianças e os adolescentes, diferente do que era trazido nos antigos Códigos de Menores. Hoje deve-se entender as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos e protagonistas de suas histórias, e não mais como objeto de tutela e de controle. Destaca-se o papel fundamental dos movimentos sociais, em especial do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que em 1986 realizou um encontro para construir suas reivindicações, que contribuíram para a construção do Estatuto da Criança e do Adolescente. (MACEDO; BRITO, 1998).

A principal mudança entre os Códigos de Menores e o Estatuto da Criança e do Adolescente é considerar que todas as crianças e adolescentes são sujeitos portadores de direitos, cidadãos, e que devem ser protegidos pelo Estado e pela sociedade. O caráter punitivista, repressivo e culpabilizador da pobreza foi superado pelo ECA, que representa uma grande transformação na inserção das crianças e adolescentes na sociedade e também e representa a luta de muitas pessoas (incluindo crianças e adolescentes) pela ampliação dos direitos dessa população.

Neste sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente foi um marco na legislação no que diz respeito aos direitos e proteção das pessoas de 0 a 18 anos, consideradas em desenvolvimento. Apesar disso, ainda hoje, com seus 30 anos de existência, o Estatuto da Criança e do Adolescente possui grandes desafios a serem enfrentados. Crianças e adolescentes continuam sendo vítimas de violência, são marginalizados, têm acesso (ou não têm) à uma educação pública sucateada, e os jovens pobres e periféricos são vistos como marginais e bandidos. É comum ouvir que quem trabalha e defende a garantia de direitos dessa população é “defensor de bandido”, e, com o avanço neoliberal, estamos assistindo ao desmonte de direitos historicamente conquistados, agravamento das expressões da questão social, retrocessos imensuráveis e violação de direitos humanos. Infelizmente, ter direitos garantidos em lei não significa que estes direitos são realmente efetivados na realidade concreta.

Apesar de estar previsto no Capítulo III, artigo 19 e parágrafo 2 do ECA que o período de acolhimento não poderá se exceder por mais de 18 meses, sabe-se que em muitos casos o

tempo que as crianças e adolescentes ficam na instituição é muito maior. Existem casos de crianças que cresceram no abrigo, o que representa a fragilidade dos serviços, das políticas públicas, do poder judiciário. É preciso que haja uma forte conexão com a rede, fortalecimento das famílias, e que o Estado proponha políticas públicas, programas, projetos e serviços que atuem na perspectiva da emancipação dos sujeitos, que de fato materializem o que é direito da população.

O acolhimento institucional gera sofrimento às crianças e aos adolescentes, pois simboliza a separação de suas famílias, e tem como pano de fundo diversas expressões da questão social, como a violência, o abuso sexual, a “negligência”, a pobreza, a exclusão, entre outras. Assim, mesmo sendo uma medida protetiva, também significa uma violação de direitos. Os motivos do acolhimento institucional são as diversas expressões da questão social, que podem ser combatidas com um Estado que cumpra seus deveres. O sistema capitalista em que vivemos, que mercantiliza as necessidades básicas, que é permeado pela exclusão, pela invisibilidade do diferente e pela exploração, não está preocupado com o futuro das crianças e adolescentes acolhidos, pois são um grande resultado do descaso com as famílias, da precarização das políticas públicas - educação, saúde, assistência social, entre outras -, que culminam, muitas vezes, no acolhimento institucional dos filhos dessas famílias, infelizmente.

A pobreza, a falta de informação e de acesso aos direitos básicos não deveriam ser motivos para o acolhimento institucional, o que está inclusive previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, pois é a última medida, para casos graves. Se tudo funcionasse, se a rede dos serviços não fosse sucateada e precarizada, o acolhimento, que é a última instância, não precisaria acontecer.

Entretanto, existem casos em que realmente a criança ou o adolescente estava sofrendo maus tratos, negligência, abuso sexual, exploração, entre outros. Nesses casos, o acolhimento institucional serve como uma proteção da criança ou adolescente, de caráter temporário. O trabalho da equipe técnica dos serviços de acolhimento sempre deve visar a garantia de direitos dos acolhidos, sem culpabilizar os sujeitos e as famílias, fazendo a leitura da totalidade conjuntural.

Atualmente, as bases legais que subsidiam o acolhimento institucional - que é um serviço da proteção social especial - são o Estatuto da Criança e do Adolescente, as Orientações Técnicas - Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, a Política Nacional de Assistência Social e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. É

importante ressaltar que, apesar de estar em uma instituição de acolhimento, as crianças e adolescentes possuem outros direitos a serem garantidos, como por exemplo a convivência familiar e comunitária, prevista no capítulo III do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e reiterada no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, publicado em 2006. O acolhimento institucional para crianças e adolescentes possui diferentes modalidades: Abrigo Institucional, Casa-lar, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e República. (BRASIL, 2009). Em Porto Alegre, o serviço de acolhimento institucional é oferecido por duas instituições: a FASC e a FPERGS, o que será detalhado no item 2.1. Ressalta-se também o Plano Estadual Decenal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2020-2030), que está em fase de aprovação mas que traz dados e informações importantíssimos a respeito da realidade do serviço de acolhimento institucional no Rio Grande do Sul, bem como do sistema socioeducativo, da adoção, da violência contra crianças e adolescentes, entre outros.

Importa ressaltar que há, sim, um marcador de raça/etnia e classe no acolhimento institucional. Muitas das crianças e adolescentes que estão sob esta medida são negros e também oriundos de famílias pobres. Segundo o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), das 31.494 crianças e adolescentes acolhidos no Brasil, 17,2% são pardos, 5,3% são pretos, 11,8% são brancos e 65,3% não tem a sua etnia informada. (CNJ, 2020). Estes são reflexos de um país que possui uma cultura extremamente racista, onde os negros ainda ocupam espaços subalternos e marginalizados. O sistema capitalista se consolidou sobre pilares racistas e até hoje os reflexos da escravização impactam na vida da população negra no Brasil. Além disso, esta constatação reforça ainda mais que o Estado tem uma tendência à criminalização da pobreza para aquelas famílias que estão em situação de miséria, pauperização e exclusão. Eurico (2018, p. 189) em sua tese de doutorado debate as relações étnico-raciais dentro do acolhimento institucional e ressalta:

O público alvo dos serviços de acolhimento institucional tem história, tem classe social e tem raça/cor e a tarefa prioritária é fazer emergir essa história para que se possa conhecer a essência do fenômeno de acolhimento como mais uma manobra do capitalismo de controle sobre a classe trabalhadora.

Dessa forma, a história do acolhimento institucional no Brasil é permeada por disputas, contradições e lutas. O modelo de proteção à criança e ao adolescente que se tem hoje foi conquistado sob muitos esforços e ainda deve ser defendido, já que o avanço do neoliberalismo e do conservadorismo no Brasil tem ameaçado direitos conquistados

historicamente. A conjuntura política e econômica brasileira não é favorável para a seguridade social, com contenção de gastos nas políticas sociais, inclusive na política de assistência social. Os cortes e desmontes trazem consequências para o trabalho da/o assistente social e para a qualidade do serviço de acolhimento institucional. A classe trabalhadora é cada vez mais atingida pelos retrocessos a nível nacional nas políticas públicas. O sistema de garantia de direitos vem sendo ameaçado e suprimido, a partir da destruição de direitos que foram conquistados sob muita luta.

Assim, defender os direitos das crianças e adolescentes à luz do ECA, bem como fortalecer a luta pela garantia desses direitos, contra o desmonte das políticas sociais e seus serviços, é fundamental e cabe, também, aos assistentes sociais construir e participarem de espaços coletivos que proponham essa discussão. Em um cenário político e econômico ultraconservador e neoliberal, os direitos conquistados pela classe trabalhadora, pelos movimentos sociais, pela participação popular democrática, infelizmente estão correndo sérios riscos de serem destruídos em prol do grande capital. Por isso, cada vez mais é preciso defendê-los e reafirmá-los, com o objetivo de consolidar a cidadania e emancipação política, para que, talvez em um futuro, se alcance a emancipação humana.

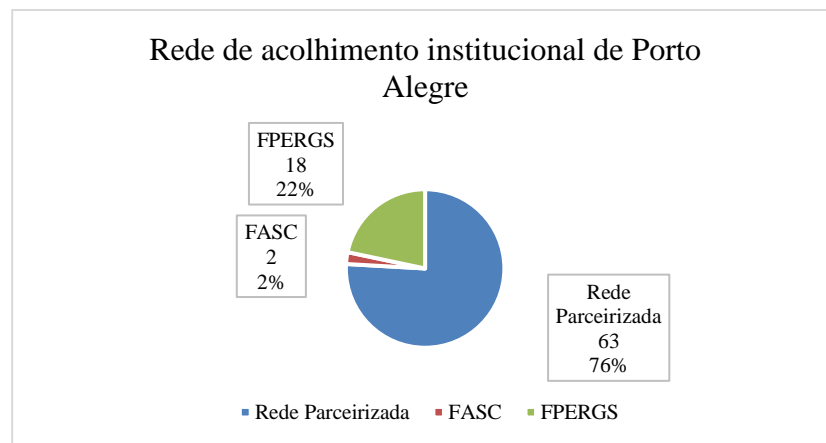
2.1 O CONTEXTO ATUAL DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM PORTO ALEGRE

Segundo o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, existem 3.478 crianças e adolescentes sob medida de acolhimento institucional no Rio Grande do Sul, em 508 serviços de acolhimento, sendo destes 140 de acolhimento familiar (27.6%), e 368 de acolhimento institucional (72.4%). Em Porto Alegre, o serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes é oferecido pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), vinculada ao município, e também pela Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPERGS), vinculada ao estado.

Segundo o Plano Municipal de Assistência Social de Porto Alegre para 2018 - 2021, a rede de acolhimento a crianças e adolescentes é formada por:

44 Casas Lares com 264 metas, 05 entidades de acolhimento com 190 vagas (Clínica Esperança, Lar São José, Pão dos Pobres, Lar Esperança, SOS Casa de Acolhida), 10 Abrigos Residenciais parcerizados com 200 vagas (OSICOM, Pão dos Pobres, Clube de Mães Idalina Vargas) e 02 Abrigos Residenciais próprios com 40 vagas com um total de 696. Em 2017, a FASC transferiu a gestão de 10 abrigos residenciais com um total de 200 metas através da realização de parceria, pela Lei 13.019/2014, mediante Termo de Colaboração. (FASC, 2018, n.p.).

Assim, observa-se atualmente que grande parte dos serviços de acolhimento, que deveriam ser de responsabilidade do Estado, passam a ser geridos por organizações da sociedade civil ou as chamadas instituições “parceiras”, o que em muitos casos acaba precarizando os serviços, reduzindo o número de profissionais e consequentemente impactando no trabalho da(o) assistente social nesse espaço sócio-ocupacional. Bento (2019) evidencia a rede de acolhimento em Porto Alegre, composta por 83 casas-lares (41) e abrigos (42). Duas unidades são da FASC, 18 unidades da FPERGS e 63 unidades são da rede parceirizada. (FASC, 2006). No gráfico abaixo, ilustra-se a composição da rede de acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Porto Alegre:



Fonte: elaborado pela autora.

Este cenário representa de forma bastante clara a desresponsabilização do Estado com as políticas sociais, uma vez que a grande maioria das unidades de acolhimento pertencem a rede parceirizada. Mais do que isso, revela os desafios impostos aos trabalhadores destes serviços, incluindo as(os) assistentes sociais, que possuem vínculos empregatícios fragilizados, precarização do trabalho e baixos salários nas instituições “parceiras”. Ainda, demonstra a urgência da discussão a respeito do caráter político do trabalho da(o) assistente social, no sentido de resistir aos cortes, retrocessos e a cultura de privatização e precarização dos serviços que deveriam ser de responsabilidade do Estado.

A respeito da história das instituições de acolhimento de Porto Alegre, a FASC inicialmente surgiu como FESC - Fundação de Educação Social e Comunitária, no ano de 1978. No mesmo ano, foi criado o Centro de Cuidados Judith Meneguetti - CEJUME, para atender crianças entre 03 e 06 anos. Já em 1982, o Centro Comunitário Primeiro de Maio - CEPRIMA foi ampliado, e transformou-se em Centro Social Urbano Primeiro de Maio, o que também aconteceu com o Centro de Comunidade Vila Angá - CEVI e o Centro de

Comunidade Vila Elizabeth - CECOVE em 1986, passando a ser Centro Social Urbano Vila Ingá e Centro Social Urbano Vila Elizabeth. A partir de 1994 a FESC passou a formular, promover e executar a política de assistência social em Porto Alegre. Em 2000 a FESC denominou-se FASC e as unidades operacionais passaram a ser chamadas de Centros Regionais de Assistência Social. Em 2011 o Sistema Único de Assistência Social - SUAS foi implementado em Porto Alegre, sendo executado pela FASC, desde então. (FASC, 2006).

Já a Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul - FPERGS é vinculada à Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Este espaço é de origem pública, gerido pelo âmbito estadual. Em 2002, a partir dos ideais do Estatuto da Criança e do Adolescente, criou-se a Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPERGS) para executar a medida de acolhimento institucional. Anteriormente, essas crianças e adolescentes eram vinculadas à Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM/RS). Apesar de a execução do serviço de acolhimento institucional ser responsabilidade do município, a FPERGS continua oferecendo esse serviço no estado do Rio Grande do Sul.

Quando a FEBEM se desintegrou, foi criada a FPERGS para executar o serviço de acolhimento institucional e a Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) para executar as medidas de socioeducação. Dessa forma, gradativamente a lógica e funcionamento da FEBEM foram sendo substituídos pelos Núcleos de Abrigos Residenciais, embora muitas práticas daquela época ainda estejam presentes atualmente. A FPERGS ficou com o encargo de acolher crianças e adolescentes que estivessem sofrendo situações de vulnerabilidade social como a negligência, maus tratos, violência física ou psicológica, abuso sexual, entre outros. A missão da FPERGS é:

Contribuir e executar medidas de proteção, e promover os direitos fundamentais da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade social, através de ações articuladas com outros órgãos, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. A Fundação de Proteção Especial é encarregada de executar as medidas de abrigamento no âmbito do governo do Estado. Mantém 42 abrigos residenciais, três abrigos institucionais e dois centros sociais de meio aberto. (FPERGS, 2020, n.p.).

Os abrigos residenciais da FPERGS unem-se em Núcleos de Abrigos Residenciais (NARs). O estágio curricular obrigatório dessa graduanda foi realizado por 3 semestres em um desses Núcleos de Abrigos Residenciais, o NAR Menino Deus. O NAR Menino Deus possui 4 casas, sendo uma delas destinada a adolescentes egressos da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) ou participantes do Programa de Proteção a Crianças e

Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). Atualmente, residem 33 crianças e adolescentes, destes sendo 6 destituídos do poder familiar e aptos para adoção.

No final do ano de 2019, a Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul enfrentou algumas mudanças expressivas. A instituição possui caráter político uma vez que a cada eleição, mudam os representantes da Fundação. Isso traz uma certa insegurança para os trabalhadores. Além disso, é importante ressaltar que a FPERGS, além de acolher crianças e adolescentes, também acolhe adultos com doença mental e/ou intelectual que, em grande maioria, cresceram dentro da instituição.

Em 2018 houve uma redistribuição dos acolhidos no NAR Menino Deus, com a criação de uma casa somente para os adultos com doença mental e/ou intelectual. Essa foi uma mudança que impactou no cotidiano de trabalho e também na vida desses adultos que estavam acolhidos nesse NAR. No final de 2019, foi designado judicialmente que 120 adultos deveriam ser transferidos para um residencial terapêutico, abrindo 120 vagas na FPERGS para receber adolescentes egressos da FASE ou do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). Assim, todos os adultos que estavam no NAR Menino Deus foram transferidos ou para o residencial terapêutico, ou para o NAR Luiz Fatini, onde a FPERGS ainda manteve alguns acolhidos adultos.

Assim, esta foi uma grande mudança que trouxe diversos impactos para a instituição. Os trabalhadores precisaram elaborar documentações rapidamente para enviar para as novas instituições que receberiam estes adultos. E os acolhidos também sentiram este impacto, o que lhes causou sofrimento por ter que deixar o local onde grande parte deles viveu por muitos anos. Atualmente, a FPERGS possui o NAR Menino Deus, com 4 abrigos residenciais, o NAR Ipanema, também com 4 abrigos residenciais, o NAR Zona Norte, com 3 abrigos residenciais, o NAR Luiz Fatini, com 3 abrigos residenciais destinados aos maiores de 18 anos que ainda se mantiveram na instituição, o NAR Belém Novo, também com 3 abrigos residenciais, e o Núcleo de Acolhimento Provisório Taquari, situado na cidade de Taquari - RS, com 1 Abrigo Residencial (AR). Também existe o Abrigo Cônego Paulo de Nadal, destinado a crianças e adolescentes com deficiência. O abrigo José Leandro foi fechado em 2019 quando houve a transferência dos 120 adultos.

Todas essas mudanças aconteceram com um pano de fundo que é a conjuntura brasileira, neoliberal, com contenção de gastos nas políticas sociais, inclusive na política de assistência social. Os cortes e desmontes trazem consequências para o trabalho da/o assistente social e para a qualidade do serviço de acolhimento institucional. A classe trabalhadora é cada

vez mais atingida pelos retrocessos a nível nacional nas políticas públicas. O sistema de garantia de direitos vem sendo ameaçado e suprimido, a partir da destruição de direitos que foram conquistados sob muita luta.

3 A CATEGORIA TRABALHO E OS FUNDAMENTOS DO TRABALHO PROFISSIONAL

Para pensar o trabalho da/o assistente social em qualquer espaço sócio-ocupacional, é essencial que se faça também a discussão sobre a uma análise da categoria trabalho baseada no referencial marxiano. Como uma profissão que utiliza a teoria social crítica de Marx para desvendar as expressões da questão social - sejam elas de desigualdades ou de resistências -, o Serviço Social também é perpassado por todas as contradições da sociedade capitalista e portanto está na base dos fundamentos da profissão. Além da categoria trabalho, que será mais profundamente abordada neste capítulo, evidencia-se o método marxiano e suas categorias historicidade, totalidade, contradição e mediação. As categorias do método marxiano só fazem sentido quando inseridas no movimento da realidade que envolve o acolhimento institucional e o trabalho profissional nessa área. Portanto, essas categorias, como mediações da realidade, também devem servir de subsídio para a análise das relações sociais e da vida humana, e de base para uma prática social revolucionária. (CURY, 2000).

A categoria trabalho é uma das categorias centrais para o pensamento de Marx, sendo a categoria fundante do ser social. (COSTA, 2014). Trabalho de modo geral, ou como trabalho concreto, é a relação entre homem e natureza, onde o homem transforma a natureza para adquirir seus meios de subsistência e para atender às suas necessidades. Ao transformar a natureza o homem transforma a si mesmo, e é nessa relação que o homem se torna, de fato, homem. O processo de trabalho é formado pelo trabalho em si, pelo objeto de trabalho e pelos meios de trabalho. (MARX, 1989). É importante ressaltar a dimensão teleológica do trabalho humano, que o difere dos outros animais: projetar, em sua mente, onde se quer chegar, o resultado esperado a partir do trabalho que será feito.

Entretanto, para entender o sistema capitalista em que vivemos, o conceito de trabalho concreto não é o suficiente. É preciso conhecer o trabalho abstrato: é o trabalho alienado, explorado, onde o trabalhador vende a sua força de trabalho para poder sobreviver, e é onde acontece a apropriação privada da produção coletiva. No capitalismo, a produção de valores de uso é apenas um meio para adquirir mais-valia. Enquanto o trabalhador possui apenas a sua força de trabalho, o capitalista detém os meios de produção, e compra a força de trabalho dos trabalhadores que dependem dela para sobreviver.

O trabalho em Marx (1989) possui dupla dimensão, ou seja, um trabalho concreto que é realizado para satisfação de uma necessidade e o trabalho abstrato que gera valor. O

trabalho concreto necessita da relação entre homem e natureza para produzir algo, como um instrumento, por exemplo, que seja útil e essencial para vida cotidiana. Na transformação da natureza o homem acaba por transformar a si mesmo.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com sua natureza. (...). Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica a sua própria natureza (...). (MARX, 1989, p. 202).

Enquanto o trabalho concreto implica a relação entre homem e natureza e a produção de itens úteis para a vida humana, o trabalho abstrato tem a ver com a venda da força de trabalho, com a produção de valor, que é determinada a partir da exploração e extração de mais-valia:

Assim, o trabalho objetivado no valor da mercadoria é representado não só sob o aspecto negativo em que se põem de lado todas as formas concretas e propriedade úteis dos trabalhos reais. Ele é agora, a redução de todos os trabalhos reais a uma condição comum de trabalho humano, de dispêndio de força humana de trabalho.” (...). “O trabalhador se torna mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto a mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias, ele produz a si mesmo e ao trabalhador como mercadoria. (MARX, 1989, p. 176).

É no trabalho abstrato que o salário oculta o real valor. No trabalho abstrato é onde cria-se a mais-valia, a partir do momento em que o trabalhador continua trabalhando mesmo depois de já ter cumprido o tempo necessário para produzir aquele produto. Por isso, o salário oculta o real valor do trabalho, para que a mais-valia continue sendo produzida. No trabalho abstrato, os trabalhadores vendem sua força de trabalho, que é seu único recurso, para os detentores dos meios de produção que necessitam de força de trabalho barata para que possam explorar e produzir ainda mais riqueza, e essa riqueza, apesar de ser produzida pelos trabalhadores, é apropriada pelos capitalistas, deixando para a classe trabalhadora apenas o mínimo necessário para que possam subsistir.

A alienação está presente no trabalho abstrato de diversas formas, pois o trabalho assalariado é permeado por processos de alienação. A alienação “na relação do trabalhador com o produto” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 102), que acontece quando o trabalhador, apesar de produzi-lo, não fica com ele, e, além disso, com seu salário de um dia não consegue comprá-lo. A alienação “na relação do trabalhador com o ato da produção

dentro do trabalho” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 102), que transforma o trabalho em uma atividade mecânica e desumanizante, que domina o trabalhador. E também a alienação na relação “do trabalhador com o ser social” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 102), que pode se manifestar de quatro formas diferentes:

a) a alienação do homem em relação à natureza; b) alienação de si mesmo assim como da sua espécie (do ser humano-genérico); c) alienação do próprio corpo (transformado em mercadoria, que vende ao capital), da sua vida intelectual, da sua vida humana; e d) alienação do homem em relação ao homem. Esses processos determinam uma consciência alienada, incapaz de compreender criticamente o mundo e de transformá-lo. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 103).

Essa consciência alienada é fruto da separação dos trabalhadores dos meios de produção, há muitos anos atrás, à base de violência. É uma consciência com base no senso comum, na naturalização dos fenômenos de desigualdade e exploração, como se a realidade fosse estática: “o indivíduo passa a compreender o mundo a partir de seu vínculo imediato e particularizado, generalizando-o. Tomando a parte [sua vivência imediata] pelo todo, a consciência expressa-se como alienação”. (IASI, 2007, p. 20 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 101). Os processos de alienação são complexos, ainda, pois os que é produzido não é somente a mercadoria: é a ciência, a cultura, a linguagem, a história. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Para as(os) assistentes sociais, não é diferente. Estes profissionais não possuem os meios essenciais para a realização de seu trabalho. Dessa forma, como trabalhadores assalariados, vendem sua força de trabalho, atuando em diferentes instituições inseridos em programas, projetos e serviços. Este trabalho possui uma dimensão contraditória entre trabalho concreto e abstrato, “enquanto exercício profissional especializado que se realiza por meio do trabalho assalariado alienado”. (IAMAMOTO, 2015, p. 214). A partir de sua autonomia relativa, as(os) assistentes sociais trabalham para garantir o acesso da classe trabalhadora aos meios mais básicos de subsistência, e, se direcionados pelo projeto ético-político e por uma prática compromissada com valores emancipatórios, podem contribuir na luta pela construção de uma sociedade mais justa.

Entretanto, por sofrer processos de alienação devido a sua condição de trabalhador assalariado, também pode estar reproduzindo ações que contribuam para que o sistema capitalista se perpetue, ao se tornar apenas um “executor” das políticas sociais, em uma prática esvaziada de caráter político e questionador. Além disso, são as instituições que, na maioria das vezes, pré-determinam como o trabalho deve ser realizado, a verba destinada para

aquele serviço, os pré-requisitos que os usuários devem cumprir. Assim, a(o) assistente social precisa se reinventar e buscar estratégias para conseguir executar o seu trabalho a partir de um referencial que lhe permita também provocar reflexões e questionamentos, a partir da compreensão das contradições presentes na realidade, mediar o acesso à informação visando contribuir para a garantia do acesso dos usuários aos seus direitos. Como grande parte das(os) assistentes sociais tem como seu empregador o Estado, a partir das políticas sociais, também é essencial ressaltar que a precarização dessas políticas impacta diretamente nas condições de trabalho destes profissionais. Para além disso, o sucateamento dos serviços reverbera diretamente nas condições de vida da classe trabalhadora, que não consegue acessar seus direitos mais básicos.

Sintetizando: a possibilidade de imprimir uma *direção social ao exercício* profissional do assistente social - moldando o seu conteúdo e o modo de operá-lo - decorre da *relativa autonomia* de que ele dispõe, resguardada pela legislação profissional e passível de reclamação judicial. A efetivação dessa autonomia é *dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais, que envolvem relações com sujeitos sociais determinados (...)*. (IAMAMOTO, 2015, p. 220, grifo nosso).

Dessa forma, o trabalho concreto da(o) assistente social é determinado e condicionado por estes fatores. Mas, ao mesmo tempo, este profissional faz parte da classe trabalhadora e, em seu trabalho, no cotidiano, pode imprimir um sentido maior, baseado em um projeto profissional que é vinculado a um projeto societário, que visa a eliminação de todas as formas de opressão, preconceito e exploração. A questão social, como objeto e matéria-prima do trabalho das(os) assistentes sociais, aparece primeiramente como necessidade social que se transforma em demanda profissional para as(os) assistentes sociais. Assim, as(os) assistentes sociais inserem-se em diferentes processos de trabalho, para atender a estas demandas. Estes processos de trabalho são organizados pelas instituições empregadoras. (IAMAMOTO, 1998).

O meio de trabalho utilizado para que as(os) assistentes sociais executem seu trabalho, é, principalmente, o conhecimento e os instrumentos, que guiam o exercício profissional de forma a desvendar as expressões da questão social e garantir os direitos dos usuários. Os produtos do trabalho da(o) assistente social estão vinculados às condições materiais e sociais de vida da população usuária, além de contribuir para a reprodução da força de trabalho; “tem também efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez, tem efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos”. (IAMAMOTO, 1998, p. 67-68).

3.1 TRABALHO DA(O) ASSISTENTE SOCIAL COM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

As(os) assistentes sociais atualmente inserem-se em diversos espaços sócio-ocupacionais e, dessa forma, em diversos processos de trabalho. O serviço de acolhimento institucional é um desses espaços sócio-ocupacionais, e é vinculado à política de assistência social na tipificação de alta complexidade, é um desses espaços, sendo a equipe mínima estipulada pela NOB-RH/SUAS composta por um assistente social e um psicólogo.

A realidade das crianças, adolescentes e suas famílias que estão em acolhimento é uma realidade permeada por diversas expressões da questão social, como a pauperização, a exclusão, o tráfico de drogas, a violência, entre outras. Dessa forma, este é um espaço que requer a atenção da categoria profissional, e demanda reflexões e aprofundamentos no sentido de identificar as especificidades deste campo e também as atuais demandas para as/os assistentes sociais que trabalham neste serviço. Dentro das instituições de acolhimento, os assistentes sociais são requisitados tanto pelas demandas institucionais quanto pelas demandas dos usuários e suas famílias, e assim, deve elaborar estratégias de intervenção que reforcem o seu compromisso com a garantia de direitos das crianças e adolescentes, bem como com a classe trabalhadora.

A realidade dos serviços de acolhimento institucional no Brasil demonstra a precarização da política de assistência social. Em muitos municípios o serviço é terceirizado, com a equipe mínima e muitas crianças e adolescentes para atender. Além disso, a onda neoliberal e ultraconservadora que assola o país impacta na vida de toda a população, em especial a da classe trabalhadora, das famílias mais empobrecidas e em vulnerabilidade social. As(os) assistentes sociais, como trabalhadores assalariados inseridos na divisão social, técnica e sexual do trabalho, também são suscetíveis a estas transformações no mundo do trabalho e sofrem com os processos de alienação e de exploração.

O objeto de trabalho das(os) assistentes sociais são as expressões da questão social. No serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, essas expressões da questão social se manifestam de diferentes e diversas formas, como por exemplo o abuso sexual, a violência, a pobreza, a drogadição, entre outras. Para executar o seu trabalho, é preciso que a(o) tenha clareza do objeto, bem como de todas as dimensões do trabalho do(a) assistente social (técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política), para que se tenha

uma prática realmente emancipatória e garantidora de direitos. Portanto, a partir de sucessivas aproximações com a realidade dos sujeitos, é que a(o) assistente social irá conseguir desvendar as expressões da questão social, articular com seus conhecimentos, buscar um instrumento, refletir sobre a finalidade que pretende alcançar com sua ação, e assim, executar sua intervenção.

Nas instituições de acolhimento, as(os) assistentes sociais realizam entrevistas com familiares, crianças e adolescentes, fazem visitas domiciliares e institucionais, participam de audiências, utiliza a abordagem grupal (com crianças, adolescentes, trabalhadores da instituição, entre outros), elaboram pareceres, relatórios e laudos sociais, elaboram juntamente com outros profissionais da equipe técnica os Planos Individuais de Atendimentos (PIAs) e utilizam diversos outros instrumentos para realizar o seu trabalho. O Plano Individual de Atendimento (PIA) é um documento elaborado pela equipe técnica da instituição de acolhimento, contendo informações sobre a criança ou adolescente acolhido(a). Este documento é enviado ao Poder Judiciário a cada 3 meses para reavaliação, segundo a Lei 13.509, ou quando uma criança ou adolescente novo(a) chega à instituição. Por isso, existem os PIAs de Ingresso e PIAs de Reavaliação. Sendo assim, os PIAs são instrumentos para documentar a realidade dos(as) usuários(as) e traçar planos para o futuro, e a assistente social possui papel importantíssimo em sua elaboração. Os itens que ficam sob responsabilidade da(o) assistente social são espaços de desvendamento da realidade, que podem ser utilizados com vistas a garantia de direitos das crianças e adolescentes acolhidos(as). É uma demanda institucional que pode ser ressignificada pelo(a) profissional, utilizando a criticidade para superar a aparência.

O trabalho realizado pelos assistentes sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes é concretizado a partir dessas diversas técnicas e instrumentos, além de um grande conhecimento sobre a instituição, sobre a política de Assistência Social, e uma leitura crítica da realidade.

Quadro 1 – Instrumentos de trabalho da(o) assistente social no acolhimento institucional

Principais instrumentos de trabalho da/o assistente social no acolhimento institucional de crianças e adolescentes	Sujeitos envolvidos
Visita domiciliar e institucional	usuários, famílias e equipes das instituições
Entrevista	usuários e famílias

Grupos	usuários, famílias, e/ou profissionais da instituição
Reuniões	equipe multidisciplinar
Estudo Social	rede socioassistencial, usuários, Poder Judiciário e equipe multidisciplinar
Relatório Social	rede socioassistencial, usuários, Poder Judiciário e equipe multidisciplinar

Fonte: Elaborado pela autora.

Para concretizar todas essas atribuições no seu trabalho, no miúdo do cotidiano (YAZBEK, 2010), é preciso que o(a) assistente social articule as dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica do Serviço Social, sem focar apenas nas técnicas e instrumentos, pois dessa forma pode se tornar um mero executor terminal. (NETTO, 1990). A centralidade da intervenção profissional deve ser a finalidade, e não o instrumental, para que não se torne uma ação esvaziada de crítica e reflexão. O instrumental em si não possui um fundamento além de ser um conjunto de técnicas que o(a) profissional pode utilizar. A intervenção depende também das outras dimensões supracitadas, que servirão como subsídio para o(a) profissional realizar a leitura da realidade, e até mesmo para saber qual instrumento utilizar em determinada situação. Essa articulação resultará em uma intervenção comprometida com a classe trabalhadora, uma intervenção que busque a essência e não a aparência. Nesse sentido, o método dialético-crítico é essencial para o trabalho profissional, para a intervenção e atitude investigativa dos(as) assistentes sociais.

As mediações são importantes movimentos para o trabalho direto com a população usuária. Quando estabelecemos mediações estamos desvendando o real, superando a aparência e penetrando na essência dos fenômenos. Sendo assim, é a partir de mediações que, como assistentes sociais, conseguimos nos aproximar dos usuários, mapear suas trajetórias, relacionando com a historicidade. Questionar, problematizar, refletir, levar a informação até os usuários são processos de mediação. As mediações servem para operacionalizar a ação profissional, atuando como instrumentos, recursos, técnicas e estratégias para o “fazer profissional” (MARTINELLI, 1993), ou seja, para concretizar o trabalho em si.

É pertinente ressaltar a importância da rede de serviços para o trabalho da(o) assistente social com acolhimento institucional de crianças e adolescentes. A rede significa uma conexão de serviços que, juntos, devem garantir a proteção social e o atendimento das demandas dos usuários. Muitas vezes, no acolhimento institucional, a(o) assistente social

identifica que a família de algum acolhido tem demandas de saúde, por exemplo. Dessa forma, ela encaminhará e acionará a rede de serviços, para que essa pessoa possa acessar o que lhe é de direito. Os serviços, incluindo o de acolhimento institucional, não abrangem o atendimento a todas as demandas, mas com a articulação em rede, o usuário é encaminhado para outro serviço, e os profissionais se comunicam e se encontram em reuniões para melhor atender os usuários. Dessa forma, o conhecimento, por parte do assistente social, sobre os serviços oferecidos na rede, é de suma importância para que o profissional possa realizar os encaminhamentos.

Se essa articulação não se efetiva, o atendimento às demandas dos usuários também é prejudicado. Um grande desafio, atualmente, é lidar com a fragilidade da rede de serviços. A precarização dos espaços sócio-ocupacionais do(a) assistente social e das políticas públicas como um todo é um empecilho para que essa articulação em rede se efetive e para que os(as) usuários(as) possam acessar todos os serviços, com atendimento de qualidade.

É importante evidenciar o trabalho realizado pelas equipes multidisciplinares, nas quais a(o) assistente social se insere para executar o seu trabalho nesse espaço. As equipes técnicas costumam realizar reuniões semanalmente, discutindo os casos das crianças e adolescentes acolhidos(as) na perspectiva de garantia de direitos. Ressalta-se também a importância do trabalho dos agentes educadores, que são os trabalhadores que têm contato direto com as crianças e adolescentes em seus cotidianos. As equipes multidisciplinares tem grande potencial para a realização de um trabalho interprofissional numa perspectiva interdisciplinar. Entretanto, a interdisciplinaridade nem sempre se concretiza, por dificuldades dentro das equipes, embates de ideias, etc. Ocorre uma predominância do trabalho fragmentado, onde cada profissional acaba por trabalhar individualmente, sem diálogo. É preciso que se construam espaços em que se possa dialogar, debater e trocar ideias, no sentido de atender as demandas dos usuários de forma plena e com qualidade nos serviços.

A política de assistência social bem como o serviço de acolhimento institucional são terrenos de disputa, espaços de desmonte de direitos há muito tempo conquistados pela classe trabalhadora e também profissionais desses lugares. As(os) assistentes sociais historicamente pautam em suas lutas a garantia da qualidade dos serviços prestados para a população e também condições dignas de trabalho, contra a precarização. A realidade está cada vez mais dura e difícil de encarar, as expressões da questão social estão cada vez mais agravadas e os cortes no âmbito social estão cada vez maiores. Dessa forma, também cabe aos assistentes sociais que atuam nas instituições de acolhimento de crianças e adolescentes que, junto à

população usuária, exercite a dimensão ético-política buscando seus direitos e da classe trabalhadora, lutando contra os desmontes e cortes que cada vez mais prejudicam o trabalho neste espaço sócio-ocupacional.

Um exemplo dos desmontes e falta de recursos nos serviços de acolhimento é falta de recursos materiais que se evidencia quando um(a) assistente social precisa fazer uma visita domiciliar e a instituição não possui veículo que possa transportar os(as) profissionais para que executem seu trabalho, ou quando não há como telefonar para uma família pois os telefones da instituição não estão funcionando. Estes são exemplos reais de instituições de acolhimento, de assistentes sociais que vivenciam diariamente em seus cotidianos de trabalho a falta de recursos e o descaso dos governos com a política de assistência social.

Assim, as condições de trabalho da(o) assistente social nas instituições de acolhimento de crianças e adolescentes são, muitas vezes, precárias, trazendo empecilhos para que os profissionais consigam executar o seu trabalho. Ao dependerem dos recursos da instituição, em muitas situações, não conseguem atender todas as demandas da população usuária.

Esse trabalho realizado por diversas(os) assistentes sociais, nas instituições de acolhimento é bastante complexo, pois envolve diversas demandas das crianças, adolescentes e suas famílias, e também da própria instituição. Na sutileza do cotidiano, em um atendimento, pode-se perceber necessidades das mais básicas que se tornam demandas para a(o) assistente social, que pode fazer encaminhamentos para outros serviços. As famílias das crianças e adolescentes acolhidos são acompanhadas pelo CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), e comumente por outros serviços como de saúde, por exemplo.

Vale ressaltar que a instituição de acolhimento se torna a “casa”, naquele momento, daquelas crianças e adolescentes. Dessa forma, o vínculo com a(o) assistente social é formado diariamente e as demandas trazidas para este profissional são as mais diversas. As famílias costumam procurar bastante a figura da(o) assistente social, buscando tirar dúvidas, pedindo auxílio para encaminhamentos, entre outros. Assim, o(a) assistente social tem um papel muito importante na equipe técnica, por trazer para a discussão um olhar crítico, uma outra perspectiva sobre a realidade familiar, e, às vezes, acaba entrando em conflito com outros profissionais, na busca de estabelecer com estes mediações necessárias para a compreensão da realidade que permeia o contexto das crianças e suas famílias. A formação em Serviço Social nos prepara para compreender a totalidade das situações, buscando superar as aparências e penetrar a essência dos fenômenos. (KOSIK, 1976). Isso implica ter a noção do sistema

econômico e político em que vivemos, onde a riqueza socialmente produzida é apropriada por poucos, que exploram aqueles que vendem sua força de trabalho.

Esse sistema opressor e excludente é o mesmo que encarcera em massa a juventude negra, que criminaliza a pobreza, que defende a meritocracia e que não olha para as famílias mais empobrecidas, que estão sofrendo com o desemprego, com a violência, com a fome. Ao contrário: cortam-se os recursos, fecham-se as portas, e, no final, são os filhos das famílias mais pobres, que mais precisam de serviços, programas e benefícios, que estão nas instituições de acolhimento, porque lá atrás não tiveram acesso ao que lhes é de direito.

Dentre as diversas atividades realizadas pela(o) assistente social em seu trabalho com acolhimento institucional de crianças e adolescentes já citadas neste capítulo, está a supervisão de estágio em Serviço Social. É uma atribuição privativa da(o) assistente social supervisionar diretamente os estagiários, que estão em processo de formação.

Segundo as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, “o estágio supervisionado constitui-se como momento privilegiado de aprendizado teórico-prático do trabalho profissional (...)”. (ABEPSS, 1996, p. 20). Dessa forma, o estágio é uma experiência imprescindível para a formação profissional da(o) assistente social. Os três níveis de estágio em Serviço Social foram realizados no Núcleo de Abrigos Residenciais (NAR) Menino Deus, pertencente à Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul, instituição de acolhimento de crianças e adolescentes.

Apreender a dinâmica da instituição, identificar as demandas dos usuários, as contradições presentes em nossa sociedade e as possibilidades de intervenção são habilidades que se constroem nesse momento da formação. Além disso, o estágio contribui para a apreensão dos processos de trabalho em que se insere a(o) assistente social e para a articulação das dimensões da profissão: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. As atividades acompanhadas e desenvolvidas durante os níveis de estágios I, II e III foram entrevistas, visitas domiciliares, elaboração dos Planos Individuais de Atendimentos (PIAs), reuniões de rede de serviços, audiências e audiências concentradas, supervisão de estágio e elaboração de documentos referentes ao estágio.

Além disso, no estágio de nível III, foi executado o projeto elaborado em estágio II, denominado “acolhimento institucional de crianças e adolescentes no NAR Menino Deus: garantia do direito de acesso à informação”. É um dos objetivos do estágio obrigatório em Serviço Social elaborar e executar um projeto de intervenção na instituição. O projeto foi realizado a partir de um grupo com os adolescentes da instituição, onde foi discutido o próprio

acolhimento institucional, direitos e deveres dos adolescentes, desigualdades e preconceitos, o Estatuto da Criança e do Adolescente, e outras temáticas de interesse dos participantes.

As ações socioeducativas fazem parte do trabalho da(o) assistente social, e são compostas pelas etapas de socialização de informações e de processos reflexivos. Ressalta-se, nesse sentido, o conhecimento como instrumento de trabalho da(o) assistente social, e o compromisso ético com a transparência na socialização de informações. A socialização das informações é uma forma de garantir o direito de acesso à informação, o que contribui para a consolidação da cidadania e autonomia. (MIOTO; LIMA, 2009). A informação é uma peça chave para a tomada de consciência e participação em processos decisórios, inclusive em espaços de controle social. Por isso, este projeto teve relevância no sentido de socializar informações a respeito do acolhimento institucional, para que os(as) adolescentes tivessem conhecimento sobre seus direitos e deveres.

O acesso à informação é essencial para contribuir para a autonomia dos sujeitos. A partir do conhecimento, é possível elaborar ações concretas de transformação social. Ademais, o direito à informação não se restringe ao “(...) conhecimento dos direitos e do legalmente instituído nas políticas sociais. Inclui-se o direito dos usuários de usufruírem de todo conhecimento socialmente produzido (...)”. (MIOTO; LIMA, 2009, p. 6). Por isso, o objeto do projeto foi a falta de acesso à informação dos jovens em acolhimento sobre os seus direitos. Foram realizadas oficinas, rodas de conversa, exposições de materiais didáticos, entre outros, buscando o entendimento sobre acolhimento institucional, e a percepção das outras possibilidades para além da instituição de acolhimento, garantindo o direito de acesso à informação.

O projeto teve como embasamento legal o Código de Ética do(a) Assistente Social (CFESS, 1993), a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014), as “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, (BRASIL, 2009) e o Estatuto da Criança e do Adolescente. (BRASIL, 1990).

O desenvolvimento do projeto de intervenção no estágio através da realização do grupo com os adolescentes foi pensado como um espaço de elaboração de estratégias coletivas de resistência e de leitura crítica da realidade. A discussão da medida de acolhimento institucional é essencial, porque o acesso à informação é primordial para a tomada de consciência. Como resultados do projeto, observou-se a apreensão das bases legais que fundamentam o acolhimento institucional, e a discussão crítica dos direitos e deveres dos adolescentes bem como da própria medida de acolhimento institucional. Essas temáticas

foram tratadas em encontros do grupo e tiveram a participação ativa dos adolescentes.

Além disso, também considera-se um resultado o debate sobre as desigualdades que estão presentes na sociedade, a partir do entendimento de que a questão social é fundamentada na contradição entre capital e trabalho, rejeitando uma visão meritocrática que culpabiliza os sujeitos. A partir disso, os jovens puderam ter um panorama do surgimento das desigualdades no Brasil e suas raízes. Os processos aparentemente individuais de desigualdade e exclusão não acontecem descolados da totalidade, sendo, na verdade, consequências de um cenário maior e de um sistema maior, que é o capitalismo.

O debate das desigualdades sociais e também das formas de participação social dos jovens contribui para que sejam pensadas alternativas de resistência. O próprio acesso ao conhecimento e às bases legais que dizem respeito ao acolhimento institucional e aos direitos das crianças e adolescentes é um primeiro contato essencial para que se pensem outras ações que mobilizem a sociedade e principalmente os jovens.

Também foram discutidos os espaços de controle social bem como outros espaços em que os jovens exercem seus direitos, como por exemplo o simples acesso aos serviços de saúde ou às escolas. Essa discussão foi importante porque foi possível visualizar que a participação social, a dimensão política, está presente no cotidiano de forma simples.

Vivenciar no estágio o trabalho de uma assistente social por três semestres, juntamente com as supervisões de campo e acadêmica, contribuiu imensamente para a formação em Serviço Social. Para além disso, foi possível perceber diversas expressões da questão social, e as contradições, desafios e possibilidades do trabalho da/o assistente social com acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

O Projeto Ético-Político, composto pela Lei de Regulamentação da profissão, pelo Código de Ética do/a assistente social, e pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, deve ser um guia a ser seguido pelos(as) assistentes sociais, que possuem um compromisso ético com os usuários e com a qualidade dos serviços prestados. Como categoria profissional temos uma direção ética e política a ser seguida, que se materializa no Projeto Ético-Político.

As expressões da questão social chegam até as políticas sociais, serviços, empresas, entre outros, em forma de demanda, onde estão inseridos os(as) assistentes sociais e também os(as) estagiários(as). Por isso, a clareza do projeto ético-político é importante já no período de estágio, para que se observe com clareza as desigualdades e resistências, e que se possa pensar em intervenções baseadas nos princípios éticos da profissão. A partir disso, a

finalidade das ações profissionais ganha relevância, pois qualquer instrumento de trabalho só pode ser acionado quando se tem finalidade.

O Projeto Ético-Político, neste sentido, simboliza a recusa ao conservadorismo, a liberdade como valor central, defendendo a socialização da riqueza socialmente produzida. A questão social, como a contradição entre capital e trabalho, que produz desigualdades e resistências é o objeto de trabalho das/os assistentes sociais e precisa ser desvendada na realidade. A posição política das e dos assistentes sociais, em consonância com o Código de Ética, está de acordo com a defesa da democracia e dos direitos humanos, e também com a construção de uma nova ordem societária mais justa e igualitária.

Sendo assim, é intrínseca a relação entre o Projeto Ético-Político e o estágio obrigatório e seus objetivos. O Projeto Ético-Político balizou também a elaboração e execução do projeto de intervenção, buscando a socialização de informações como um instrumento para a garantia de direitos e para a construção de uma consciência política. O estágio também esteve em consonância com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, com o Código de Ética e também relacionado à Lei de Regulamentação da Profissão. Assim, no estágio se reafirma o compromisso com a transformação social e com os interesses da classe trabalhadora e sua emancipação.

O Estágio Obrigatório III foi um momento fundamental na formação profissional, pois é nesse momento que se coloca em prática os instrumentos que foram estudados durante muito tempo. A execução do projeto de intervenção contribuiu, dessa forma, para a formação em Serviço Social, no sentido de dar confiança para intervir. As competências profissionais que foram debatidas ao longo do curso, e sua articulação com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa foram e continuam sendo essenciais para a intervenção e para compreender as expressões da questão social.

A instrumentalidade como uma mediação que transforma “ações meramente instrumentais para o exercício profissional crítico e competente” (GUERRA, 2007, p. 12) é essencial para a profissão de Serviço Social, compondo a cultura profissional e trazendo sentido para a prática compromissada com os direitos dos usuários. Neste sentido, a instrumentalidade do Serviço Social é adquirida no próprio exercício profissional, onde os/as assistentes sociais transformam as condições subjetivas e também objetivas de vida dos sujeitos. Sendo assim, considero que a instrumentalidade esteve presente nas ações do projeto de intervenção, no acesso à informação, visando a garantia de direitos das crianças e adolescentes que estão sob medida de acolhimento institucional.

3.2 AS DIMENSÕES DA COMPETÊNCIA PROFISSIONAL NO TRABALHO COM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Serviço Social é fundamentado em três diferentes dimensões: dimensão ético-política, dimensão teórico-metodológica e a dimensão técnico-operativa. Essas três dimensões se articulam e cada uma contempla uma parte imprescindível da profissão, por isso a importância de estarem conectadas e de serem indissociáveis.

A dimensão técnico-operativa consiste basicamente no trabalho a partir de uma dimensão interventiva. É “o espaço de trânsito entre o projeto profissional e a formulação de respostas inovadoras às demandas que se impõem no cotidiano dos assistentes sociais (...)”. (MIOTO; LIMA, 2009, p. 26). É esta dimensão que engloba a instrumentalidade do trabalho, e o conjunto de técnicas, habilidades e instrumentos utilizados pelos profissionais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. A dimensão técnico-operativa também diz respeito à capacidade de leitura da realidade de forma crítica, atitude investigativa, reelaboração das demandas a partir da superação da pseudoconcreticidade e ampliação da autonomia relativa. No acolhimento institucional, a dimensão técnico-operativa se materializa a partir de todos os instrumentos e técnicas que a(o) assistente social utiliza, como por exemplo as entrevistas e visitas domiciliares, que são bastante utilizadas neste espaço sócio-ocupacional.

Nessa perspectiva, a categoria trabalho é muito importante para compreender a dimensão técnico-operativa. É no trabalho que esta dimensão se materializa. Além disso, a dimensão teleológica do trabalho está diretamente ligada com a dimensão técnico-operativa. Quando o(a) assistente social decide realizar uma visita domiciliar, por exemplo, é porque a partir deste instrumento o(a) profissional projeta uma finalidade, e isso é agir teleologicamente.

A centralidade da intervenção profissional é a finalidade, e o instrumental é o meio. O instrumental em si não possui um fundamento além de ser um conjunto de técnicas que o(a) profissional pode utilizar. A intervenção sobre as expressões da questão social que envolvem a realidade das crianças e adolescentes no acolhimento institucional depende também das dimensões teórico-metodológica e ético-política, que servirão como subsídio para o(a) profissional realizar a leitura da realidade, e até mesmo para saber qual instrumento utilizar em determinada situação. Ter um conjunto de técnicas e instrumentos de trabalho não é o suficiente para concretizar uma intervenção comprometida com a classe trabalhadora, uma intervenção que busque a essência e não a aparência. A clareza da questão social, por

exemplo, é de suma importância para que a intervenção não tenha um caráter conservador, culpabilizador dos sujeitos. Nesse sentido, o método dialético-crítico é essencial para o trabalho profissional, para a intervenção e atitude investigativa dos(as) assistentes sociais.

A dimensão teórico-metodológica consiste no conjunto de conhecimentos e metodologias que baseiam o trabalho da/o assistente social e dão uma direção para a intervenção. Dessa forma, a dimensão teórico-metodológica serve como um aporte para a dimensão técnico-operativa, que precisa de fundamentos para ser qualificada. A teoria social crítica é utilizada por grande parte da categoria profissional e compõe o arsenal teórico-metodológico da profissão, além de muitos outros elementos. A clareza teórica e metodológica é de suma importância para que o trabalho da/o assistente social seja direcionado e comprometido com os direitos da classe trabalhadora. O conhecimento profissional serve como um guia para a leitura das diversas expressões da questão social que se manifestam em forma de demandas para o trabalho da/o assistente social em seus diferentes espaços sócio-ocupacionais. No acolhimento institucional de crianças e adolescentes, esta dimensão se materializa quando a(o) assistente social articula seus conhecimentos sobre a política de assistência social, sobre a realidade dos sujeitos, sobre as expressões da questão social, entre outros, com seus instrumentos e técnicas, para intervir de forma a garantir os direitos do(a) usuário(a) e atender a demanda posta naquele momento, imprimindo caráter crítico e reflexivo em sua ação.

A dimensão ético-política é completamente vinculada aos princípios éticos estabelecidos no Código de Ética da/o assistente social de 1993, a participação política e à luta pela garantia de direitos, de cidadania e de emancipação. A posição política do trabalho da/o assistente social faz parte desta dimensão, e é no trabalho cotidiano que o profissional pode ressignificar sentidos com vistas à emancipação dos sujeitos. Elaborar ações conscientes e críticas é fundamental para a defesa dos direitos dos usuários, e esta é uma forma de concretizar a dimensão ético-política no cotidiano de trabalho (PEREIRA, 2015), inclusive nos serviços de acolhimento institucional.

No serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, identificar como o trabalho materializa-se a partir dessas dimensões é relevante tanto para a qualidade dos serviços prestados aos usuários quanto para o próprio trabalho da(o) assistente social, que precisa de subsídios teóricos, éticos, políticos e também técnicos. Os desafios da profissão, neste sentido e neste espaço sócio-ocupacional, estão relacionados com a história da profissão e as heranças conservadoras, com a dificuldade de reconhecer a “prática” como trabalho e de

perceber a questão social como objeto desse trabalho, além das contradições inerentes à política social bem como ao serviço de acolhimento institucional que possui suas particularidades históricas e também enfrenta a precarização devido ao desmonte da seguridade social e ao avanço neoliberal. Entretanto, estes desafios também colocam-se como possibilidades para pensar estratégias de enfrentamento e de luta que tragam um novo olhar e uma nova forma de pensar a profissão neste espaço sócio-ocupacional.

Em todos os espaços sócio-ocupacionais em que os(as) assistentes sociais se inserem, são postos desafios e possibilidades que implicam a articulação das dimensões da competência profissional, bem como a clareza do objeto de trabalho - a questão social. No acolhimento institucional de crianças e adolescentes estas questões também estão presentes, e é importante ressaltar o que particulariza este trabalho e o que é comum entre os diversos espaços sócio-ocupacionais em que estes profissionais atuam.

A literatura ainda é muito incipiente quando se trata da discussão do trabalho da(o) assistente social com acolhimento institucional de crianças e adolescentes. A escassa produção teórica sobre a temática entra em conflito com o grande número de profissionais e estagiários inseridos neste campo, o que indica que ainda há um longo caminho a ser percorrido. Entretanto, algumas dissertações e teses se destacam por discutirem o trabalho da(o) assistente social com acolhimento institucional de crianças e adolescentes nos últimos 5 anos.

Para a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica nas produções científicas sobre a temática e também uma análise documental cujo recorte temporal se deu a partir do Código de Ética de 1993 e do ECA de 1990, com o objetivo de identificar como se materializa o trabalho da/o assistente social no acolhimento institucional de crianças e adolescentes a partir das dimensões da competência profissional com vistas a evidenciar os principais desafios do Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional.

A escolha dos materiais foi feita a partir da sistematização das produções relevantes da área a partir de uma pesquisa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES sobre a temática de trabalho da(o) assistente social com acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

Já análise documental se deu a partir do acesso ao site do Conselho Federal de Serviço Social que conta com uma seção onde estão elencadas as legislações referentes à profissão. De lá, foram retirados alguns documentos como o Código de Ética e a Lei de Regulamentação

da profissão. Outros documentos foram acrescentados como por exemplo as legislações referentes ao acolhimento institucional, por serem essenciais para discutir o trabalho neste espaço. Os documentos identificados como os mais importantes para o trabalho da(o) assistente social com acolhimento institucional estão sistematizados no quadro abaixo.

Quadro 2 – Principais documentos para o trabalho com acolhimento institucional de crianças e adolescentes

Documento	Ano	Disponível em
Diretrizes Curriculares da ABEPSS	1996	http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10
Código de Ética da(o) assistente social	1993	http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf
Lei de Regulamentação da profissão	1993	http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf
Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes	2009	http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf
Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social	2011	http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf
Estatuto da Criança e do Adolescente	1990	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm
Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária	2006	http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriancasAdolescentes%20.pdf
Tipificação Nacional dos	2009	http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_soci

Serviços Socioassistenciais		al/Normativas/tipificacao.pdf
-----------------------------	--	-------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora.

Justifica-se a utilização destes materiais pela escassez de publicações de artigos em revistas sobre a temática. Na revista *Serviço Social & Sociedade*, que está disponível online a partir do ano de 2010, foi possível identificar a partir dos sumários que não há nenhuma publicação que relacione acolhimento institucional de crianças e adolescentes e o trabalho da/o assistente social, apenas os artigos “*Acolhimento familiar: validando e atribuindo sentido às leis protetivas*”, publicado em 2012 na revista de número 111 pela autora Jane Valente e “*Crianças e adolescentes em abrigos: uma regionalização para Minas Gerais*”, publicado em 2014 na revista de número 117 pelo autor Frederico Poley Martins Ferreira. Em uma busca no site da revista *Temporalis* pelas palavras “acolhimento institucional” e “abrigo” nenhum material é encontrado. Na revista *Katálysis*, buscando pelos mesmos descritores, foi encontrado apenas um trabalho, intitulado “*Faces e disfarces da institucionalização*”, das autoras Lêda Péres dos Santos e Nilva Souza Ramos, publicado em 1998. Já na revista *Textos & Contextos* foram encontrados 2 artigos utilizando os mesmos descritores. “*O desvendamento do real numa instituição de abrigo para crianças e adolescentes*”, de autoria de Paula Petter Oliva, publicado em 2006, e “*O mistério do orçamento dos abrigos no Rio de Janeiro*”, de autoria de Rodrigo Silva Lima, publicado em 2015. Assim, percebe-se a escassa produção a respeito da temática do trabalho da/o assistente social no acolhimento institucional de crianças e adolescentes. No quadro abaixo, os artigos encontrados estão sistematizados.

Quadro 3 – Classificação dos artigos encontrados por revista, autor e ano

Revista	Título	Autor(a)	Ano
Serviço Social & Sociedade (n. 111)	Acolhimento familiar: validando e atribuindo sentido às leis protetivas	Jane Valente	2012
Serviço Social & Sociedade (n. 117)	Crianças e adolescentes em abrigos: uma regionalização para Minas Gerais	Frederico Poley Martins Ferreira	2014

Katálýsis	Faces e disfarces da institucionalização	Lêda Péres dos Santos e Nilva Souza Ramos	1998
Textos & Contextos	O desvendamento do real numa instituição de abrigo para crianças e adolescentes	Paula Petter Oliva	2006
Textos & Contextos	O mistério do orçamento dos abrigos no Rio de Janeiro	Rodrigo Silva Lima	2015

Fonte: Elaborado pela autora.

No artigo “*Acolhimento familiar: validando e atribuindo sentido às leis protetivas*”, de Jane Valente, publicado em 2012, a autora tem como objetivo contribuir para a reflexão acerca da execução do acolhimento familiar no Brasil. A autora afirma que essa modalidade de acolhimento se configura como uma alternativa inovadora, assumindo o compromisso de que a criança ou adolescente retorne para sua família de origem. Já o artigo “*Crianças e adolescentes em abrigos: uma regionalização para Minas Gerais*”, de Frederico Poley Martins Ferreira, publicado em 2014, retrata uma pesquisa realizada em Minas Gerais, que buscou identificar as características das crianças e adolescentes acolhidos, para onde foram encaminhadas e os principais motivos do acolhimento. A pesquisa foi realizada em todas as instituições que prestam o serviço de acolhimento institucional no estado de Minas Gerais. O autor identificou que:

Algumas causas de encaminhamentos apresentam claramente uma concentração regional, como, por exemplo, negligência na região metropolitana de Belo Horizonte, maus-tratos na região do Vale do Jequitinhonha/Mucuri e norte de Minas, abandono no centro-oeste e Triângulo Mineiro, alcoolismo dos pais/responsáveis no noroeste e norte de Minas, uso e/ou tráfico de drogas dos pais e responsáveis no Triângulo Mineiro, e exploração sexual nas regiões contadas pelas rodovias BR-040 e BR-116. (FERREIRA, 2014, p. 167).

O artigo intitulado “*Faces e disfarces da institucionalização*”, publicado em 1998 pelas autoras Lêda Péres dos Santos e Nilva Souza Ramos, trata sobre uma pesquisa realizada durante experiência de estágio curricular supervisionado em uma instituição de acolhimento de crianças e adolescentes em risco pessoal e social. A principal categoria das autoras foi os

vínculos familiares das crianças e adolescentes. As autoras concluem que o abandono que se dá por parte do Estado reflete no abandono das crianças e adolescentes pelos pais. Dessa forma, é preciso não somente atender as demandas das crianças e adolescentes, mas também de suas famílias, que em grande parte se encontram em situação de vulnerabilidade social e encontram nas instituições de acolhimento “o único refúgio para seus filhos”. (SANTOS; RAMOS, 1998, p. 91).

O artigo "*O desvendamento do real numa instituição de abrigo para crianças e adolescentes*", de autoria de Paula Petter Oliva, publicado em 2006, discute a respeito da culpabilização das famílias em situações de violência doméstica, culminando com o acolhimento institucional das crianças e adolescentes. A autora ressalta que é imprescindível que se compreendam outros fatores que estão relacionados com a violência doméstica, como por exemplo as próprias políticas públicas de atenção à família e a política educacional. As famílias também são violadas a partir do momento em que estes serviços estão em processo de precarização, e também podem sofrer violência por parte do Estado. Assim, a autora salienta que a família "não é a única responsável pela vulnerabilidade em que vive e que seus filhos estão expostos". (OLIVA, 2006, p. 1). Por fim, o artigo "*O mistério do orçamento dos abrigos no Rio de Janeiro*", publicado em 2015 por Rodrigo Silva Lima, tem como objetivo “contribuir com os profissionais e militantes da área da infância e juventude nos processos de pactuação e organização política”. (LIMA, 2015, p. 186). O artigo é resultado parcial da tese de doutorado intitulada "*Orçamento público dos abrigos municipais no Rio de Janeiro: velhos e novos dilemas*". Para o autor:

A cultura de institucionalização tem sido enfrentada e os esforços empreendidos são louváveis, porém não será resolvida, simplesmente, com a substituição do abrigo pelo Programa Família Acolhedora, exitoso em vários aspectos. No bojo dessa constatação, o processo de marginalização do abrigo nas políticas sociais revela uma leitura epidérmica da realidade social, calcada nos processos individuais que reforçam a responsabilização unilateral das famílias, crianças e adolescentes dos estratos pauperizados da classe trabalhadora ou dos profissionais do abrigo. Essa leitura histórica corrobora para deslocar, da organização social vigente, os determinantes da institucionalização de longa permanência, pois deve-se levar em consideração: a sociedade profundamente desigual, as alterações no padrão de proteção social e o papel do Poder Público municipal. (LIMA, 2015, p. 197).

O autor disserta que a tese de que há a contenção de gastos das políticas para a infância e adolescência é comprovada, assim como a realocação de recursos da assistência social para o Programa Família Acolhedora. Conclui que é preciso que haja a melhoria e qualificação dos espaços de acolhimento institucional, suas equipes de atendimento e a construção de um projeto "político emancipatório para a humanidade por parte das ONGS e

demais entidades da sociedade civil envolvidas com o trabalho infantojuvenil". (LIMA, 2015, p. 186).

Já a partir do levantamento realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES sobre o trabalho da(o) assistente social com acolhimento institucional de crianças e adolescentes, com recorte de tempo nos últimos 5 anos, foi possível identificar alguns trabalhos que serviram para embasar a construção deste trabalho. Os descritores utilizados foram “acolhimento institucional” e “crianças e adolescente”. Entre os estudos mais recentes publicados sobre o tema, destacam-se as dissertações de mestrado de Bezerra (2018), Cardoso (2017), Souza (2016) e a tese de doutorado de Cronemberger (2017). No quadro abaixo, os materiais estão sistematizados por título, autor e ano:

Quadro 4 – Dissertações e tese classificadas por autor e ano

Dissertação ou tese	Autor(a)	Ano	Disponível em
O exercício profissional do assistente social nos espaços de acolhimento institucional à criança e adolescente: demandas contemporâneas e respostas socioprofissionais (dissertação)	Tábita Pollyana Alves de Souza	2016	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3933969
Precarização e Serviço Social: as condições de trabalho dos assistentes sociais nas unidades de acolhimento institucional (dissertação)	Laura Carolina Pinheiro Rodrigues Bezerra	2018	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6457433
O processo de trabalho do serviço social nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de risco social em Teresina (PI) (dissertação)	Ana Valeria Matias Cardoso	2017	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5073573
O processo de trabalho da/o assistente social nos serviços de acolhimento institucional do Piauí (tese)	Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger	2017	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao

			.jsf?popup=true&id_t rabalho=5556593
--	--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

Bezerra (2018) denuncia que a precarização das condições de trabalho das(os) assistentes sociais que atuam em serviços de acolhimento institucional, como consequência do avanço do capitalismo que causa rebatimentos para os serviços onde se inserem estes profissionais. Souza (2016) se dedicou em desvendar quais são as demandas postas às(aos) assistentes sociais em seu trabalho com acolhimento institucional de crianças e adolescentes e quais são as respostas profissionais a essas demandas. Nos resultados de sua pesquisa, Souza (2016) identificou que novas demandas estão surgindo e que é preciso que se elaborem novas respostas profissionais. A autora ainda ressalta que a articulação das dimensões da competência profissional com as condições objetivas que fundamentam o trabalho é essencial para desenvolver essas respostas profissionais, que também são sociais e políticas, visando a garantia de direitos das crianças e adolescentes em situação de acolhimento. (SOUZA, 2016).

Nos resultados da dissertação de Cardoso (2017) percebe-se que a(o) assistente social tem desenvolvido, nas instituições de acolhimento de crianças e adolescentes, um trabalho voltado às famílias de origem. Este trabalho, entretanto, ainda é “pontual, esporádico e eventual” (CARDOSO, 2017, p. 7), sendo realizado apenas quando as famílias vão até a instituição realizar visitas. Assim, ainda é preciso investir neste trabalho, articulando com os demais serviços da rede, no sentido de aumentar as possibilidades de reinserção familiar. (CARDOSO, 2017). Para além disso, Cardoso (2017) também identificou que as(os) assistentes sociais enfrentam dificuldades em cumprir com os objetivos propostos nas normativas do serviço. Esse resultado suscita a importância de investigar os motivos pelos quais os profissionais estão enfrentando essas dificuldades, que também são desafios para a profissão neste espaço sócio-ocupacional.

Cronemberger (2017), em sua tese, pôde concluir que apesar dos avanços nas legislações que garantem direitos das crianças e dos adolescentes, as instituições de acolhimento ainda enfrentam grandes dificuldades no sentido de garantir o direito à convivência familiar e comunitária. Essas instituições reproduzem o modelo histórico dos “abrigos”, onde se entendia que as crianças e adolescentes das classes subalternas e marginalizadas, para estarem protegidas, deveriam estar longe de suas famílias. As famílias, ao estarem centralizadas nas políticas sociais, acabam sendo responsabilizadas por um papel

que deveria ser cumprido pelo Estado, ao prover os mínimos de subsistência, serviços públicos de qualidade, o que poderia evitar a medida de acolhimento institucional.

A falta de planejamento e de articulação em rede resulta, muitas vezes, nas poucas possibilidades de reinserção familiar. As instituições de acolhimento, no geral, ainda mantêm resquícios do modelo histórico de abrigos, em que se a proteção se garante rompendo laços com a família de origem. Há uma dificuldade de atingir até mesmo os objetivos traçados pelas normativas legais, como o ECA por exemplo. Além disso, ressalta-se a falta de fundamentação crítica para o desempenho do trabalho. É importante destacar que não existe um processo de trabalho único das(os) assistentes sociais. Estes profissionais se inserem em diversos processos de trabalho de acordo com as instituições e público que trabalham.

A precarização do trabalho é tratada sob a reconfiguração das condições de produção a partir das transformações no modo de produção capitalista que incide no Estado, o que também traz mudanças para a classe trabalhadora. Assim, a(o) assistente social também é afetada(o) em suas condições objetivas e subjetivas do exercício profissional, já que atualmente o Estado é o seu maior empregador. As condições de trabalho, por sua vez, remetem aos reflexos da reestruturação produtiva, que têm impactos nas condições de trabalho dos assistentes sociais sociais que trabalham com acolhimento institucional.

No que tange às dimensões da competência profissional, Souza (2016) defende que as respostas profissionais sejam pautadas pela dimensão ético-política, utilizando-a como centralidade da intervenção, pois a superação dos empecilhos que a(o) assistente social encontra em seu trabalho cotidiano não se dará a partir, somente, da dimensão técnico-operativa, e sim do conjunto das três dimensões com foco no caráter ético e político do exercício profissional. A autora ressalta que a dimensão ético-política é a que dá sentido e guia a ação profissional.

Cronemberger (2017) ressalta que sem a dimensão teórico-metodológica a qualidade da intervenção das(os) assistentes sociais acaba prejudicada, pois é esta dimensão que traz significado social, superando o senso comum. É a partir da dimensão teórico-metodológica que a(o) profissional tem conhecimentos para desvendar a realidade. Já a dimensão ético-política, para a autora, se concretiza a partir de ações conscientes e críticas que devem estar alinhadas ao projeto ético-político da profissão, que, dentre outras coisas, defende a garantia de direitos da população usuária e a eliminação de qualquer forma de exploração e opressão. Não significa que a(o) assistente social deve se posicionar de forma político-partidária, mas

sim que precisa ter consciência das correlações de forças e contradições que são inerentes ao seu trabalho, que tem como objeto as expressões da questão social.

Por fim, Cronemberger (2017) disserta que a dimensão técnico-operativa não deve ser reduzida apenas às técnicas e aos instrumentos, “incluindo o conjunto de ações e procedimentos adotados pelo assistente social, visando à consecução de uma determinada finalidade, que necessita, portanto, de uma avaliação sobre o alcance desses fins e dos objetivos da ação” (CRONEMBERGER, 2017, p. 121). Para a autora, ela é a forma que a profissão se mostra na sociedade; Assim, é a partir da dimensão técnico-operativa que a profissão passa a ser conhecida. A imagem social da profissão está vinculada a dimensão técnico-operativa. A autora ressalta que a dimensão técnico-operativa muitas vezes no cotidiano parece ser desvinculada das outras duas dimensões, e assim surgem inquietações como “na prática a teoria é outra”. “A teoria passa a ser considerada desnecessária ou como um entrave à prática, compreendida como sinônimo de atividade, resultando na denominada por Guerra (2000) de prática irrefletida.” (CRONEMBERGER, 2017, p. 122). Este dilema que alguns profissionais enfrentam para compreender a relação teoria e prática, expressa a falta de apreensão a respeito da relação entre as três dimensões da competência profissional, que sustentam os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão.

É preciso, portanto, superar o tecnicismo no Serviço Social, considerando que a dimensão técnico-operativa é tão importante quanto as dimensões teórico-metodológica e ético-política, mas que as três precisam estar associadas, de forma a garantir os direitos da população usuária. As três dimensões são fundamentais “para conhecer o objeto, planejar a ação e para atuar sobre o objeto”. (CRONEMBERGER, 2017, p. 218). Entender que a profissão não se resume somente às técnicas e aos instrumentos permite reelaborar a prática profissional, utilizando a dimensão teleológica para que se produzam respostas profissionais críticas que estejam alinhadas com o projeto ético-político profissional.

Assim, entende-se que os instrumentos e técnicas são meios para garantia da direção social do exercício profissional e também são componentes de uma das dimensões do exercício profissional: a dimensão técnico-operativa (além da teórico-metodológica e ético-política). E só adquirem sentido e direção mediante a postura teleológica da/o assistente social (liberdade e criatividade nas escolhas, conforme as demandas e a finalidade do trabalho), que está acoplada ao caráter social e ético-político do projeto profissional. (CRONEMBERGER, 2017, p. 217).

Cardoso (2017, p. 83) também evidencia a indissociabilidade das três dimensões da competência profissional, mas elucidando que cada uma tem suas particularidades:

A relação das dimensões também se coloca como fator importante e que contribui para o processo de trabalho, por conseguinte, ao exercício profissional com direção teleológica, sendo a teoria como instrumento para análise do real e de onde decorre a intervenção profissional, chamado dimensão teórico-metodológica; uma para criar estratégias e táticas de intervenção, dimensão técnico-operativa; e uma comprometida com um determinado projeto profissional, que diz respeito a dimensão ético-política.

Sendo assim, a importância da articulação entre as três dimensões da competência profissional é indiscutível, considerando que cada uma possui suas particularidades mas que as três são igualmente essenciais. É a partir desta compreensão que se deve partir para que se possa executar ações, no cotidiano de trabalho, carregadas de caráter crítico e reflexivo, no sentido de ir além da demanda que precisa ser atendida na imediatez. É assim que se pode contribuir com a construção de novas estratégias e possibilidades de resistência e enfrentamento da classe trabalhadora perante ao desmonte dos serviços, à destituição de direitos e ao grande capital. É a partir da articulação das três dimensões da competência profissional que se pode garantir os direitos da população usuária e, para além disso, continuar defendendo o projeto ético-político do Serviço Social, que está vinculado a um projeto maior, um projeto que defende uma nova ordem societária sem nenhum tipo de exploração ou opressão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso é desafiadora e requer o aprofundamento de conhecimentos que foram feitos ao longo da trajetória de formação acadêmica. É preciso, a partir de um movimento dialético, retomar aquilo que já foi estudado e, para além disso, buscar novos materiais e novas leituras que permitam a imersão na temática. A inserção em um campo de estágio supervisionado obrigatório em Serviço Social que tem relação com a temática desenvolvida no presente trabalho de conclusão é imprescindível para o adensamento deste trabalho.

Sendo assim, o trabalho da(o) assistente social nas instituições de acolhimento de crianças e adolescentes é um trabalho que vem sendo executado há décadas, mas ainda carece de maiores aprofundamentos teóricos pela categoria profissional. Assim, a partir das produções acadêmicas e dos órgãos da categoria sobre trabalho do assistente social, bem como da experiência de estágio nesse espaço sócio-ocupacional, é possível constatar a importância da articulação das dimensões da competência profissional. Mais do que isso, precisam estar fundamentadas e embasadas em um Projeto Ético-Político comprometido com a transformação da ordem societária vigente, e com a garantia de direitos da população usuária.

A dimensão técnico-operativa precisa de um profundo conhecimento das outras duas dimensões, no sentido de que a “prática” não seja esvaziada de sentido e que a(o) assistente social não se torne um mero executor da política social. (NETTO, 1990). Além disso, o conhecimento das técnicas e instrumentos também é importante, mas não o suficiente, pois é preciso compreender o “porquê fazer”, para depois pensar em “como fazer”, ou seja, atribuir finalidade às ações.

A dimensão teórico-metodológica, serve como embasamento para a superação do senso comum, e caracteriza o significado social da profissão na sociedade. Sem esta dimensão, todas as outras ficam esvaziadas de sentido, de aprofundamento teórico e crítico, por isso a sua importância para que se faça a leitura da realidade de forma a penetrar na essência dos fenômenos, superando a aparência. (KOSIK, 1976).

A dimensão ético-política se materializa no acolhimento institucional de crianças e adolescentes a partir do caráter político que a(o) assistente social imprime em seu cotidiano de trabalho, orientando usuários e famílias, compartilhando informações, e participando também das reivindicações junto aos usuários e demais trabalhadores pelos seus direitos. Viabilizar

que os usuários participem das decisões tomadas na instituição também faz parte da dimensão ético-política, uma vez que as crianças e adolescentes estão vivendo naquele espaço, e nada mais justo que possam participar de momentos de assembleia, por exemplo, para que possam expor suas demandas e percepções. O aspecto ético, por sua vez, também está presente no cotidiano de trabalho, nos atendimentos, no direito ao sigilo, na defesa dos direitos humanos, no compromisso com a qualidade do serviço, entre outros.

Considerando o objetivo geral, “identificar como se materializa o trabalho da/o assistente social no acolhimento institucional de crianças e adolescentes a partir das dimensões da competência profissional com vistas a evidenciar os principais desafios do Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional”, observa-se que este foi atingido, pois a partir deste estudo diversos documentos e produções bibliográficas da área foram acessados, e buscou-se aprofundar e problematizar sobre a forma como o trabalho da(o) assistente social é realizado no cotidiano nas instituições de acolhimento. Esse trabalho muitas vezes é precarizado, com falta de recursos para as políticas sociais, em especial a assistência social; também existem muitas demandas, tanto profissionais quanto institucionais, o que impacta na autonomia profissional da(o) assistente social; além disso, há toda a herança conservadora presente nessas instituições e que o próprio Serviço Social carrega em sua história; é um trabalho realizado em uma equipe multidisciplinar, mas que nem sempre é interdisciplinar; requer conhecimentos específicos de legislações e o aprofundamento de alguns instrumentos, em especial a entrevista, visita domiciliar e estudo social; e demanda da(o) assistente social a articulação da rede socioassistencial para a garantia de direitos dos usuários.

O objetivo específico “identificar quais são os principais instrumentos legais e profissionais utilizados pela/o assistente social nos processos de trabalho no acolhimento institucional” também foi atingido, uma vez que no decorrer deste trabalho os principais instrumentos legais e profissionais neste espaço sócio-ocupacional estão descritos. Já o objetivo específico “estudar quais são os principais referenciais teórico-metodológicos que orientam o trabalho da/o assistente social no trabalho com acolhimento institucional de crianças e adolescentes” foi atingido parcialmente, pois foram encontrados poucos materiais na pesquisa bibliográfica, embora os materiais acessados indicaram a predominância do referencial teórico de matriz materialista-dialética. Assim, a escassez de trabalhos publicados acaba se tornando uma limitação para a análise.

O objetivo específico “evidenciar quais são os aspectos ético-políticos que orientam o trabalho da(o) assistente social no trabalho com acolhimento institucional de crianças e

adolescentes” também foi atingido, uma vez que o Projeto Ético-Político foi identificado como base para a realização do trabalho com o acolhimento institucional de crianças e adolescentes. E, por fim, o objetivo específico “contribuir para o debate sobre o trabalho do assistente social no acolhimento institucional e seu papel para garantia de direitos das crianças e adolescentes” também foi atingido, uma vez que este trabalho pode suscitar novos debates e novos aprofundamentos a respeito da temática, que necessita de maiores aproximações pela categoria profissional.

O presente estudo, embora tenha revelado escassa produção na área da temática do estudo, foi importante para elaborar uma análise crítica que contribua para a construção de novas mediações, novas respostas profissionais para as demandas que estão surgindo na atualidade. O cenário atual revela uma conjuntura de desmontes, de cortes nas políticas sociais, de terceirização e “parceirização”, o que impacta nos serviços de acolhimento, que em Porto Alegre, é realizado em grande maioria por instituições “parceiras”. Assim, essa nova conjuntura também exige da(o) assistente social que sejam elaboradas novas estratégias de intervenção e novas respostas socioprofissionais, que estejam articuladas com a luta contra o projeto neoliberal perverso de destituição de direitos. As políticas sociais, muitas vezes fragmentadas, continuam sendo a forma de resposta do Estado para as expressões da questão social. Por isso, ressignificar este trabalho que muitas vezes é precarizado, com péssimas condições de trabalho, baixa remuneração e frágeis vínculos trabalhistas, é um desafio para o Serviço Social neste campo. “As condições de trabalho não só inviabiliza recursos mínimos necessários à realização das atividades, como também geram inseguranças e descontinuidade dos profissionais.” (SOUZA, 2016, p. 165).

As crianças e adolescentes que estão sob medida de acolhimento institucional, assim como suas famílias, não estão desvinculadas de uma totalidade, de uma conjuntura, que é capitalista e que explora, produzindo desigualdades. Assim, observar os fenômenos a partir de sua essência também é fundamental para que não se caia em perspectivas conservadoras e que culpabilizam os sujeitos. A superação do imediatismo, assim, também é essencial para que a(o) assistente social vislumbre o caráter político de seu trabalho nesse espaço e para que possa, dessa forma, compartilhar com os usuários este conhecimento, cujo potencial é transformador.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.
- BENTO, M. V. **Análise sócio-histórica da institucionalização da infância às medidas de proteção: o acolhimento institucional em Porto Alegre na realidade brasileira**. 2019. 127 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- BEZERRA, L. C. P. R. **Precarização e Serviço Social: as condições de trabalho dos assistentes sociais nas unidades de acolhimento institucional**. 2018. 127 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.
- BONFIM, G. G.; TEIXEIRA, J. M.; ALBIERO, C. E. O trabalho com grupos no Serviço Social: contribuições para a intervenção profissional. **Caderno Humanidades em Perspectivas**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 76-91, 2018. Disponível em: <https://www.uninter.com/cadernosuninter/index.php/humanidades/article/view/642>. Acesso em: 24 out. 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília: CONANDA, 2006.
- BRASIL. Decreto nº 17.943 – A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 1927.
- BRASIL. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 1990.
- BRASIL. Lei n ° 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 1979.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília: MDS, 2005.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília: MDS, 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2014.
- CARDOSO, A. V. M. **O processo de trabalho do serviço social nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de risco social em Teresina (PI)**. 2017. 223 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA. CNJ, Brasília, ago. 2020. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb78ed9dba4e45a&opt=currsel&select=clearall>. Acesso em: 31 ago. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do Assistente Social**. Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: CFESS, 2011.

COSTA, R. G. da. A práxis do/a Assistente Social e a materialização do projeto ético-político na sociedade capitalista. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p.366-378, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/Z12cU6c0TYLAGqT92Z0m.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

CRONEMBERGER, I. H. G. M. **O processo de trabalho da/o assistente social nos serviços de acolhimento institucional do Piauí**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

CURY, C. R. J. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

EURICO, M. C. **Preta, preta, pretinha: o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras(os) acolhidos(as)**. 2018. 209 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

FASC – FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA. Apresentação. **Prefeitura de Porto Alegre**, Porto Alegre, 04 jul. 2006. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=56. Acesso em: 10 set. 2020.

FASC – FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA. **Plano Municipal de Assistência Social de Porto Alegre 2018 - 2021**. Porto Alegre: [s.n.], 2018.

FERREIRA, F. P. M. Crianças e adolescentes em abrigos: uma regionalização para Minas Gerais. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 117, p. 142-168, mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 set. 2020.

FPERGS – FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL. Quem Somos. **Fundação Proteção**, Porto Alegre, 21 maio 2020. Disponível em: <https://www.fpe.rs.gov.br/quem-somos>. Acesso em: 25 out. 2020.

GANDINI JÚNIOR, A. Breves Considerações sobre o Atendimento da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor aos Adolescentes Infratores no Estado de São Paulo. **Revista Fafibe On Line**, Bebedouro, n. 3, p. 1-6, ago. 2007. Disponível em:

<http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/11/19042010102903.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

GOFMANN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1990.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano Estadual Decenal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2020-2030)**. Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. 2020.

GUERRA, Y. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. *In*: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1., 2007, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: CRESS-6ª, 2007.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, jan./jul. 2001.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez Editora, 1998. 326 p.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à Filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LIMA, R. S. O mistério do orçamento dos abrigos no Rio de Janeiro. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 186-201, 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/20095>. Acesso em: 25 out. 2020.

MACEDO, M. J.; BRITO, S. M. O. A luta pela cidadania dos meninos do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: uma ideologia reconstrutora. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 511-522, 1998.

MARTINELLI, M. L. Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 14, n. 43, p. 136-141, 1993. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-08.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

MARX, K. O capital. **O Processo de produção do capital**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1989.

MIOTO, R. C. T.; LIMA, T. C. S. de. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p.22-48, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/5673/4126>. Acesso em: 25 out. 2020.

MIOTO, R. C.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (org.). **Familismo, direitos e cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

MONTAÑO, C.; DURIGHETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1990.

OLIVA, P. P. O desvendamento do real numa instituição de abrigo para crianças e adolescentes. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 1-13, 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/989>. Acesso em: 25 out. 2020.

PEREIRA, S. L. B. As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa: particularidades e unidade. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 1., 2015, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2015. p. 1-9.

PEREZ, J. R. R.; PASSONE, E. F. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 140, p. 649-673, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1740140.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, set. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 out. 2020.

RIZZINI, I. **Acolhendo crianças e adolescentes**: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, CESPI; Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2007.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**: Percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SANTOS, L. P. dos; RAMOS, N. S. Faces e disfarces da institucionalização. **Revista Katálysis**, Florianópolis, n. 2, p. 91-98, jan. 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5634>. Acesso em: 16 set. 2020.

SOUZA, T. P. A. de. **O exercício profissional do assistente social nos espaços de acolhimento institucional à criança e adolescente**: demandas contemporâneas e respostas socioprofissionais. 2016. 199 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

TUMELERO, M. R.; SILVA, C. B. da. Legião Brasileira de Assistência e o “projeto civilizador” instaurado em Chapecó/Sc na década de 1940. **Rev. Hist. Reg.**, [s.l.], v. 18, n. 2, p. 335-362, 2013. Disponível em: <https://revistas.apps.uepg.br/index.php/rhr/article/view/4156/3739>. Acesso em: 10 set. 2020.

VALENTE, J. Acolhimento familiar: validando e atribuindo sentido às leis protetivas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n.111, p. 576-598, set. 2012. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 set. 2020.

WÜNSCH, D. S.; MENDES, J. M. R.. Processos de trabalho e a instrumentalização do trabalho profissional nas dimensões da competência profissional. *In*: LEWGOY, A. M. B.; CARLOS, S. A. (org.). **Supervisão de estágio em Serviço Social**: uma perspectiva de formação permanente. 1. ed. Porto Alegre: PROEXT/UFRGS, 2014, v. 1, p. 69-82.

YAZBEK, M. C. Serviço Social e pobreza. **Katálysis**, Florianópolis, v. 2, n. 13, p. 153-154, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/01.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.